

CAMINHOS
DE COMUNHÃO
E DIÁLOGO

ekklesia

BRASIL

Desafios da Igreja hoje à luz do Vaticano II

EDITORAL Desafios da Igreja hoje devem ser revisitados à luz do Vaticano II

PAPA FRANCISCO O Concílio Vaticano II ensina a estar no mundo como servidores do Reino de Deus

CHIARA LUBICH A Igreja-comunhão

ENTREVISTA Vaticano II: uma “bússola” a orientar a Igreja

AGENOR BRIGHENTI diante dos desafios do Terceiro Milênio

CELITO MORO O Vaticano II e a Palavra de Deus

JOÃO DÉCIO PASSOS O Vaticano II e o fundamentalismo

LUÍS H. MARQUES O Vaticano II e o lugar dos leigos na Igreja

EMILCE CODA A participação como fundamento do político: análise com base na *Gaudium et Spes*

LAFAYETTE POZZOLI Violência: diálogo com o Vaticano II e os 60 anos da *Pacem in Terris*

CALLAN SLIPPER Todos têm um dom para o discernimento

Ekklesia Brasil

Caminhos de comunhão e diálogo

n. 2 - Ano 3 (2023/2)

Ekklesia é um projeto internacional que se concretiza em revistas de várias línguas, digitais e impressas com base na edição italiana. É um convite a caminhar e se empenhar juntos, na busca de vias e linguagens que favoreçam a partilha do Evangelho de Jesus com as mulheres e os homens do nosso tempo. Inspirando-se no potencial de antigos e novos carismas, destina-se a todos como fonte de inspiração, instrumento de formação e subsídio para ação.

Autores presentes nesta edição:

Callan Slipper, Celito Moro, Chiara Lubich, João Décio Passos, Lafayette Pozzoli, Luís Henrique Marques, Miriam Pina, Papa Francisco, Raul Ribas e Regina da Luz Vieira.

Revisão

Adriano Lima

Conselho Editorial

André Heijligers, Aroldo Braga, Celito Moro, Dorinha Luna, Francesco Biasin, José Antônio Faro, Hélio Fronczak, Lafayette Pozzoli, Maria Goretti Reynaud Rodrigues, Maria Inês Vieira Ribeiro, Pedro Iwao Hanaoka e Ronnaldh Oliveira.

Secretaria

Regina da Luz Vieira

Diretor responsável

Luís Henrique Marques

Coordenação executiva

Marcelo Mendes

Editores

Esta é uma produção da Editora Cidade Nova
Rua José Ernesto Tozzi, 198
Mariápolis Ginetta
06730-000 – Vargem Grande Paulista (SP)
Brasil

Tel: (11) 4158-8890 e (11) 97106-4753

Ekklesia Brasil é uma expressão do Movimento dos Focolares, pertence à rede *Ekklesia* (confira quadro abaixo) e faz parte da SIGNIS Brasil.

ISSN 2764-8141

Projeto gráfico

José Carlos Isla

Diagramação

Claritas Comunicação

Impressão

Indústria Gráfica Terrapack

Contato

ekklesia@cidadenova.org.br
www.cidadenova.org.br

Ekklesia internacional:

Versão italiana

ekklesia@cittanuova.it
www.cittanuova.it

Versão inglesa

principais artigos da edição italiana
www.ekklesiaonline.org

Versão latino-americana e caribenha

Editorial Ciudad Nueva
Lezica 4358
C1202AAJ, CABA, Argentina
ekklesia@ciudadnueva.com.ar

Unité et charismes

12 av. Rémi-René Bazin
F-85290 St-Laurent-sur-Sèvre-França
unitecharismes@focolari.fr

Versão eslovena

Zavod Novi svet, Prečna 3,
1000 Ljubljana-Eslovênia
narocila@novisvet.si

Versão espanhola

C/ José Picón, 28
28028 Madri (Espanha)
info@ciudadnueva.es

Das Prisma

Verlag Neue Stadt, Münchener Str. 2
85667 Oberpfraammern - Alemanha
verlag@neuestadt.com

Desafios da Igreja hoje devem ser revisitados à luz do Vaticano II

Luís Henrique Marques¹

Nesta edição, *Ekklesia Brasil* quer dar uma contribuição em resposta ao pedido do papa Francisco para que se resgatem os fundamentos do Concílio Ecumênico Vaticano II como, por assim dizer, uma exigência de uma “fidelidade criativa” para a vida da Igreja na atualidade. Trata-se de buscar revigorar a vida da Igreja, valendo-se de todo o patrimônio que ela mesma forjou com a realização desse importante concílio, que não só marcou a sua história, como continua sendo uma bússola essencial para a caminhada que a comunidade eclesial deve fazer, tendo em vista cumprir a sua missão vital que é evangelizar.

Nossa proposta não é simplesmente resgatar os fundamentos do Vaticano II, o que *de per se* seria impossível fazer em uma única edição, mas sim confrontar alguns dos principais desafios que a Igreja enfrenta hoje com uns poucos, mas essenciais, pensamentos e orientações que esse concílio deixou de legado. Naturalmente, para novos desafios, precisamos respostas originais, não totalmente disponíveis nos documentos do Vaticano II. Mas, com certeza, nesses textos é possível (re)descobrir diretrizes e inspirações importantes que podem ajudar a Igreja a responder aos desafios atuais, quer sejam internos, quer sejam da sua relação com a humanidade.

Ekklesia Brasil se propõe, afinal, a fazer um exercício de reflexão que, você leitor, pessoalmente ou junto a seu grupo, pastoral, paróquia e/ou movimento pode continuar a fazer, tendo em vista encontrar essas respostas originais (ou criativas) e, ao mesmo tempo, enraizadas nas Sagradas Escrituras e na Tradição da Igreja, que ajudam no enfrentamento e superação

¹ Jornalista e diretor responsável por *Ekklesia Brasil*.

de problemáticas e, mais do que isso, inspiram a dar passos ainda mais largos e seguros no trabalho de evangelização e construção do Reino de Deus.

A esse respeito, vale salientar, o próprio papa Francisco orientou nos concentrarmos na leitura e reflexão das quatro constituições dogmáticas produzidas pelo Vaticano II e que são, portanto, seu fruto mais essencial, a saber: *Dei Verbum* (sobre a Revelação Divina); *Lumen Gentium* (sobre a Igreja); *Sacrosanctum Concilium* (sobre a Sagrada Liturgia) e *Gaudium et Spes* (sobre a Igreja no mundo atual).

Da nossa parte, como não seria possível tratar de todos os desafios que a Igreja enfrenta hoje internamente ou nas suas relações externas, escolhemos alguns que, cremos, estejam na lista dos mais importantes, tais como o fundamentalismo religioso, o lugar do leigo e a questão do clericalismo, a questão da paz, a questão do político, assim como buscamos evidenciar algumas riquezas colhidas dos fundamentos do Vaticano II, como aquilo que o concílio tratou a respeito da Palavra de Deus. Dado ao fato de que são apenas alguns poucos temas, é possível que voltemos a essa pauta oportunamente, trazendo outros argumentos que merecem ser tratados à luz do Vaticano II.

Fazer esse resgate essencial do último grande concílio da Igreja nada tem a ver com dar passos para trás. Primeiro, porque considerar a experiência passada – ou, para ser mais preciso, a Tradição – é levar em conta um dos principais fundamentos da vida da Igreja cujo patrimônio deve ser sempre considerado na interação com as Sagradas Escrituras e com o Magistério. E, especialmente por sua indiscutível importância, o Vaticano II se integra a essa Tradição como um momento do Espírito Santo que é quem, de fato, sempre conduz a Igreja na sua caminhada. Por outro lado, ignorá-lo ou continuar a negar a importância das mudanças que esse concílio gerou na e para a vida da Igreja e, por sua herança, tem ainda muito a gerar, é negar-se a ouvir o Espírito Santo que continua a se manifestar. Ouvir a Sua voz faz-se absolutamente necessário neste momento em que a Igreja, a exemplo de outras fases da sua história, é desafiada por problemáticas de diferentes naturezas e que, com frequência, se conjugam.

É fato que, diante de toda crise, a melhor resposta que a Igreja sempre encontrou nasceu da vivência da caridade, certamente a forma mais autêntica e concreta de responder ao amor de Deus e receber dele a luz para superar as situações difíceis e dolorosas. Disso nós cristãos jamais podemos prescindir. Não há nenhum conhecimento que substitua a caridade ou que, para ser verdadeiramente fruto da sabedoria divina, não nasça do amor recíproco, a começar entre aqueles que professam a mesma fé em Cristo.

Mas para que essa luz surja na Igreja, toda ela (clero, consagrados e leigos) precisa também esforçar-se para fazer uso dos dons do Espírito Santo, entre os quais a ciência, a inteligência e a sabedoria. A leitura, reflexão e diálogo fazem parte da metodologia desse percurso, sempre mais sinodal, que a comunidade da Igreja precisa fazer hoje para encontrar as respostas necessárias ante os desafios atuais. *Ekklesia Brasil* espera ser um instrumento a favor desse empreendimento.

Boa leitura!

O Concílio nos ensina a estar no mundo como servidores do Reino de Deus¹

Papa Francisco

O Papa Francisco presidiu a Santa Missa, na Basílica de São Pedro, na tarde desta terça-feira (11/10), memória do Papa São João XXIII, e 60º aniversário de abertura do Concílio Ecumênico Vaticano II.

Francisco iniciou sua homilia com a pergunta que Jesus faz a Pedro: “Amas-me?” Depois da resposta de Pedro, Jesus responde: “apascenta as minhas ovelhas”. “No aniversário da abertura do Concílio Vaticano II, sentimos dirigidas também a nós, a nós como Igreja, estas palavras do Senhor: Amas-me? Apascenta as minhas ovelhas”, disse o Papa.

▲ **A Igreja reflete sobre a sua própria natureza e missão**

Amas-me? Pergunta Jesus que tem “o estilo não tanto de dar respostas, mas de fazer perguntas, perguntas que provocam a vida”. Pergunta sempre à Igreja, sua esposa: “Amas-me?” O Concílio Vaticano II foi uma grande resposta a esta pergunta: foi para reavivar o seu amor que a Igreja, pela primeira vez na história, dedicou um Concílio a interrogar-se sobre si mesma, a refletir sobre a sua própria natureza e missão. E descobriu-se mistério de graça gerado pelo amor: descobriu-se povo de Deus, corpo de Cristo, templo vivo do Espírito Santo!”

Francisco disse que o Concílio Vaticano II nos ensina “a levar a boa nova do Evangelho para dentro da vida e das línguas dos homens, partilhando as suas alegrias e esperanças”
Vatican News, 11 de outubro de 2022

¹ Texto publicado originalmente pelo site do Vatican News, disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2022-10/papa-francisco-missa-concilio-vaticano-ii-mundo-servidores.html>. Acesso em: 9 maio 2023.

Segundo o Papa, “este é o primeiro olhar que devemos ter sobre a Igreja, o olhar do alto. Sim, antes de mais nada, a Igreja deve ser vista do alto, com os olhos enamorados de Deus. Perguntemo-nos se, na Igreja, partimos de Deus, do seu olhar enamorado sobre nós. Existe sempre a tentação de partir do eu antes que de Deus, colocar as nossas agendas antes do Evangelho, deixar-se levar pelo vento do mundanismo para seguir as modas do tempo ou rejeitar o tempo que a Providência nos dá e voltar-nos para trás. Mas tenhamos cuidado! Quer o progressismo que segue o mundo, quer o retrocedismo que lamenta um mundo passado, não são provas de amor, mas de infidelidade. São egoísmos pelagianos, que antepõem os próprios gostos e planos ao amor que agrada a Deus, ou seja, o amor simples, o amor humilde e fiel que Jesus pediu a Pedro”.

▲ Uma Igreja que perdeu a alegria, perdeu o amor

Amas-me? O Papa convidou a redescobrir “o Concílio para devolver a primazia a Deus, ao essencial: a uma Igreja que seja louca de amor pelo seu Senhor e por todos os homens, por Ele amados; a uma Igreja que seja rica de Jesus e pobre de meios; a uma Igreja que seja livre e libertadora. O Concílio indica à Igreja esta rota: como Pedro no Evangelho, fá-la voltar à Galileia, às fontes do primeiro amor, para redescobrir nas suas pobrezaas a santidade de Deus”.

“Nós também, cada um de nós tem nossa própria Galileia, a Galileia do primeiro amor, e certamente cada um de nós hoje também é convidado a voltar à nossa própria Galileia para ouvir a voz do Senhor: ‘Segue-me’, e ‘reencontrar no olhar do Senhor crucificado e ressuscitado a alegria perdida, se concentrar em Jesus. Reencontrar a alegria: uma Igreja que perdeu a alegria, perdeu o amor”, sublinhou Francisco.

“Quando já se aproximava o fim dos seus dias, o Papa João escrevia: ‘Esta minha vida, que caminha para o ocaso, não poderia ter melhor coroamento do que concentrar-me totalmente em Jesus, filho de Maria, [...] em grande e continuada intimidade com Jesus, contemplado na imagem: menino, crucificado, adorado no Sacramento’. Este é o nosso olhar alto, a nossa fonte sempre viva!”

▲ Voltar às puras fontes de amor do Concílio

O Papa convidou a voltar “às puras fontes de amor do Concílio. Reencontremos a paixão do Concílio e renovemos a paixão pelo Concílio! Imersos no mistério da Igreja mãe e esposa, digamos também nós com São João XXIII: *‘gaudet Mater Ecclesia* – alegra-se a Mãe Igreja’. Seja a Igreja habitada pela alegria. Se não se alegra, desdiz-se a si mesma, porque esquece o amor que a criou. E todavia quantos de nós não conseguem viver a fé com alegria, sem murmurar nem criticar? Uma Igreja enamorada por Jesus não tem tempo para confrontos, venenos e polémicas. Deus nos livre de ser críticos e impacientes, duros e irascíveis. Não é só questão de

estilo, mas de amor, porque quem ama – como ensina o apóstolo Paulo – faz tudo sem murmurar. Senhor, ensinai-nos o vosso olhar alto, ensinai-nos a olhar a Igreja como a vedes Vós. E quando formos críticos e descontentes, lembrai-nos que ser Igreja é testemunhar a beleza do vosso amor, é viver dando resposta à vossa pergunta: amas-me?”

▲ O pastor não está por cima, mas no meio

Amas-me? Apascenta as minhas ovelhas. “Apascenta: com este verbo, Jesus exprime o amor que deseja de Pedro. Pensemos precisamente em Pedro: era um pescador de peixes e Jesus transformara-o em pescador de homens. Agora atribui-lhe um ofício novo: o de pastor, que nunca havia exercido. E é uma virada, porque, enquanto o pescador agarra para si, atrai a si, o pastor ocupa-se dos outros, apascenta os outros. Mais, o pastor vive com o rebanho, alimenta as ovelhas, afeiçoa-se a elas. O pastor está diante do povo para indicar o caminho, no meio do povo como um deles, e atrás do povo para estar perto daqueles que estão atrasados. Não está por cima, como o pescador, mas no meio.”

Eis o segundo olhar que nos ensina o Concílio: o olhar no meio, estar no mundo com os outros e sem nunca se sentir acima dos outros, como servidores do maior reino que é o Reino de Deus; levar a boa nova do Evangelho para dentro da vida e das línguas dos homens, partilhando as suas alegrias e esperanças. Estar no meio do povo, não por cima do povo: este é o pecado feio do clericalismo que mata as ovelhas, não as guia, não as faz crescer, mata.

“Como é atual o Concílio! Ajuda-nos a rejeitar a tentação de nos fecharmos nos recintos das nossas comodidades e convicções, para imitar o estilo de Deus.”

“Apascenta: a Igreja não celebrou o Concílio para fazer-se admirar, mas para se dar. De fato, a nossa santa Mãe hierárquica, nascida do coração da Trindade, existe para amar. É um povo sacerdotal: não deve destacar-se aos olhos do mundo, mas servir o mundo. Não o esqueçamos! O povo de Deus nasce sociável e rejuvenesce gastando-se, porque é sacramento de amor, sinal e ‘instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano’. Irmãos, irmãs, voltemos ao Concílio, que redescobriu o rio vivo da Tradição sem estagnar nas tradições; reencontrou a fonte do amor, não para ficar a montante, mas para que a Igreja desça a jusante e seja canal de misericórdia para todos. Voltemos ao Concílio para sair de nós mesmos e superar a tentação da autorreferencialidade. Apascenta – repete o Senhor à sua Igreja – e, apascentando, supera as nostalgias do passado, o lamento pela falta de relevância, o apego ao poder, porque tu, povo santo de Deus, és um povo pastoral: não existes para te apascentar a ti mesmo, mas os outros, todos os outros, com amor. E, se é justo prestar uma atenção particular, que esta seja para os prediletos de Deus: os pobres, os descartados, a fim de ser, como disse o Papa João, ‘a Igreja de todos, e particularmente a Igreja dos pobres’”.

▲ O Concílio nos recorda que a Igreja é comunhão

Em terceiro lugar, Amas-me? Apascenta as minhas ovelhas. Jesus “não tem em mente só algumas, mas todas, porque ama a todas; a todas designa, afetuosamente, como ‘minhas’. O bom Pastor vê e quer o seu rebanho unido, sob a guia dos Pastores que lhe deu. Quer – e é o terceiro olhar – o olhar do conjunto”.

“O Concílio recorda-nos que a Igreja, à imagem da Trindade, é comunhão. Em vez disso, o diabo quer semear a cizânia da divisão. Não cedamos às suas adulações, não cedamos à tentação da polarização. Quantas vezes, depois do Concílio, os cristãos se empenharam por escolher uma parte na Igreja, sem se dar conta de dilacerar o coração da sua Mãe! Quantas vezes se preferiu ser ‘adeptos do próprio grupo’ em vez de servos de todos, ser progressistas e conservadores em vez de irmãos e irmãs, ‘de direita’ ou ‘de esquerda’ mais do que ser de Jesus; arvorar-se em ‘guardiões da verdade’ ou em ‘solistas da novidade’, em vez de se reconhecer como filhos humildes e agradecidos da santa Mãe Igreja.”

“O Senhor não nos quer assim: somos as suas ovelhas, o seu rebanho, e só o seremos juntos, unidos. Superemos as polarizações e guardemos a comunhão, tornemo-nos cada vez mais ‘um só’, como Jesus implorou antes de dar a vida por nós. Nisto, nos ajude Maria, Mãe da Igreja. Aumente em nós o anseio pela unidade, o desejo de nos empenharmos pela plena comunhão entre todos os crentes em Cristo. Deixemos de lado os ‘ismos’: o povo de Deus não gosta dessa polarização. O povo de Deus é o santo povo fiel de Deus: esta é a Igreja. É bom que hoje, como durante o Concílio, estejam conosco representantes de outras Comunidades cristãs. Obrigado pela vossa presença”, concluiu o Papa.

A Igreja-comunhão¹

Chiara Lubich

Na prática, nem percebíamos isso, mas, onde nos encontrávamos, o nosso Ideal realizava a *Igreja-comunhão*, imagem da Trindade, “recomposta” em sua comunhão, se assim se pode dizer, pelo fato de Jesus Abandonado abandonar-se novamente ao Pai. Igreja-comunhão que, vinte anos depois, o Concílio Vaticano II descreveu e o Espírito Santo exigiu explicitamente na Igreja.

“A eclesiologia de comunhão”, diz a *Christifideles laici*, “é a ideia central e fundamental nos documentos do Concílio” (n. 19).

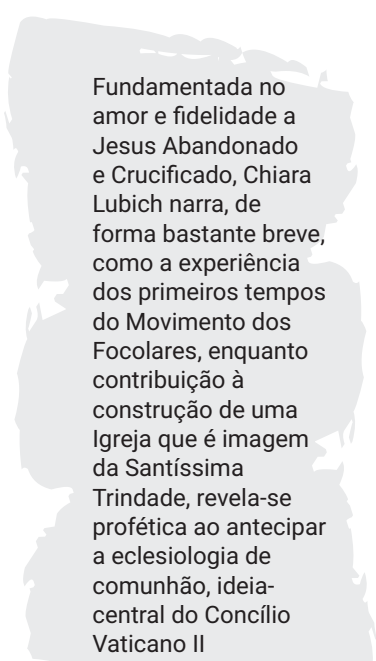
Algum tempo atrás, o Santo Padre disse num discurso no Congresso Internacional sobre a atuação do Concílio Ecumênico Vaticano II:

A *communio* é o fundamento no qual será assente a realidade da Igreja. Uma *koinonia*² que tem sua fonte no mistério mesmo de Deus Uno e Trino e alarga-se a todos os batizados (João Paulo II, 2000, p. 8)³.

Pois bem, desde muitos anos, a Espiritualidade da Unidade já comunicara novo calor, nova comunhão, nova unidade ao Corpo de Cristo.

E este era um fato novíssimo e revolucionário.

A própria Igreja (conhecíamos a Igreja local a que pertencíamos), de certo modo, apresentava-se aos nossos olhos como um grande Jesus Abandonado. Nela, era patente a sua Face. Isso porque os cristãos, que a compunham, viviam um cristianismo individual. Além do mais, ainda não era possível agir diferentemente.



Fundamentada no amor e fidelidade a Jesus Abandonado e Crucificado, Chiara Lubich narra, de forma bastante breve, como a experiência dos primeiros tempos do Movimento dos Focolares, enquanto contribuição à construção de uma Igreja que é imagem da Santíssima Trindade, revela-se profética ao antecipar a eclesiologia de comunhão, ideia-central do Concílio Vaticano II

¹ Trecho extraído do livro *O Grito*, de Chiara Lubich, Editora Cidade Nova, 2000, p. 84-85.

² Comunhão [N.d.T.].

³ JOÃO PAULO II. João Paulo II transmite ao Terceiro Milênio a profecia do Concílio Vaticano II. *L'Osservatore Romano*, 4 mar., p. 8, (Ed. port.).

Mas isso levava ao triste resultado de que uma nação cristã, por exemplo, não se diferenciava muito de outra que ainda não conheceria Cristo.

De fato, onde foi que nós tornamos realidade as palavra de Jesus: “Nisto reconhecerão todos que sois meus discípulos, se tiverdes amor uns pelos outros” (Jo 13,35) e a frase de Tertuliano: “Olha como se amam e estão prontos a morrer um pelo outro” (*Apologético*, 39,7)?

Mas Jesus Abandonado, segunda Pessoa divina, que se fez homem, assumira também essa situação. Na verdade, quando chama seu Pai não de Pai mas de “Deus”, parece reduzido de Pessoa a *indivíduo*, um como nós.

Enquanto, depois, unindo-se outra vez ao Pai, cancelara o individualismo e suscitara a comunhão.

Amar o seu Semblante na Igreja de então significava, portanto, cooperar com o ideal da *Igreja-comunhão*.

Vaticano II: uma “bússola” a orientar a Igreja diante dos desafios do Terceiro Milênio

Luís Henrique
Marques¹

O papa Francisco tem insistido para que a Igreja mergulhe no legado do Concílio Ecumênico Vaticano II, quando ela iniciou um processo de transformação intensa no seu modo de ser e na sua relação com a humanidade. A razão disso está no fato de que, segundo o Papa, para grande parte dos desafios que interpelam hoje a Igreja, a comunidade eclesial é capaz de encontrar nos fundamentos desse concílio orientações essenciais para o enfrentamento de muitas dessas limitações. Não se trata de uma volta ao passado, mas de revitalizar um processo que começou no início da década de 1960 e que há ainda muito o que oferecer à Igreja para que ela cumpra a sua missão. Para isso, é preciso revisitar esses fundamentos. Essa é a opinião do padre Agenor Brighenti, nosso convidado para a entrevista desta edição.

Agenor Brighenti é presbítero da diocese de Tubarão (SC) onde, logo que foi ordenado, trabalhou durante sete anos como coordenador diocesano de pastoral. Depois, seguiu para a Universidade Católica de Louvain, na Bélgica, onde cursou o mestrado e o doutorado em Teologia. Em seguida, durante três anos, foi diretor-acadêmico do Instituto Teológico Pastoral

Nesta entrevista, padre Agenor Brighenti revisita alguns dos fundamentos do Concílio Vaticano II confrontando o seu legado com a realidade atual da Igreja e os desafios que ela enfrenta

¹ O autor é jornalista e diretor responsável por *Ekklesia Brasil*.

para a América Latina, do Conselho Episcopal Latino-americano (Celam), em Bogotá. De regresso ao Brasil, por doze anos foi professor no Instituto Teológico de Santa Catarina-ITESC, em Florianópolis. E, nos últimos doze anos, foi professor de teologia na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), em Curitiba.

Paralelamente a esses serviços, foi perito do Celam na Conferência de Santo Domingo e na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Aparecida, assim como no Sínodo da Amazônia e na Primeira Assembleia Eclesial da Igreja na América Latina e Caribe. Por mais de uma década, foi presidente do Instituto Nacional de Pastoral da CNBB. No momento, Brighenti é membro da Equipe de Reflexão Teológica do Celam e da Comissão Teológica do Sínodo sobre a Sinodalidade.

Confira, a seguir, a entrevista:

O papa Francisco tem levantado a bandeira do resgate dos valores e diretrizes centrais do Vaticano II como fundamentais para a vida da Igreja hoje. Nesse sentido, esse concílio ainda pode ser considerado de fato uma bússola para o enfrentamento das problemáticas do Terceiro Milênio, no seio da Igreja e na relação desta com a sociedade? Por quê?

O Concílio Vaticano II é, sem dúvida, o acontecimento de maior transcendência da Igreja nos últimos cinco séculos. E se considerarmos que o Concílio de Trento foi mais uma “contrarreforma” do que realmente uma “reforma” da Igreja, o Vaticano II é o maior acontecimento do último milênio. O movimento de “volta às fontes”, das quais a Igreja havia se distanciado em consequência de sua ligação com o Império Romano, havia começado ainda no final do primeiro milênio. Mas, esta “volta às fontes” bíblicas e patrísticas só foi realmente acontecer com o Vaticano II, e graças ao papa João XXIII. O papa Paulo VI referia-se ao concílio como um *kairós* para Igreja no século 20. João Paulo II o definiu como um “advento para o terceiro milênio”.

Entretanto, apesar de ansiosamente esperado pelos movimentos que o prepararam – os movimentos bíblico, teológico, ecumênico, catequético, litúrgico, patrístico, dos padres operários etc. –, no dizer do padre [Yves] Congar, perito do concílio, para a Igreja como um todo, o Vaticano II ainda deu-se trinta anos antes do tempo. Para ver a dificuldade da Igreja caminhar no ritmo da história. Estava quinhentos anos atrasada e, mesmo assim, o concílio veio trinta anos antes que ela estivesse madura para acolhê-lo.

Apesar disso, o Vaticano II foi recebido com entusiasmo pela maioria na Igreja, em especial na América Latina, que logo realizou a Conferência de Medellín (1968) para colocá-lo em prática. O processo de recepção teve um bom começo. Entretanto, ainda na década de 1980, o medo de avançar e a nostalgia das seguranças de um passado sem retorno mergulharam a Igreja em um

gradativo processo de “involução eclesial” em relação à renovação conciliar. O processo estendeu-se durante os dois pontificados que precederam o atual, que finalmente retomou o processo de implementação do Vaticano II no novo contexto em que vivemos. Juntamente com o cisma de Lefebvre (Fraternidade de Pio X), irromperam na Igreja vários movimentos de corte conservador e mesmo tradicionalista. A Conferência de Aparecida registrou este fato: “[...] tem nos faltado coragem, persistência e docilidade à graça para levar adiante a renovação iniciada pelo Concílio Vaticano II e impulsionada pelas anteriores Conferências Gerais, para assegurar o rosto latino-americano e caribenho de nossa Igreja” (DAp, n. 100h). Prova disso, diz o documento, são “[...] algumas tentativas de voltar a uma eclesiologia e espiritualidade anteriores à renovação do Vaticano II” (DAp, n. 100b).

O Concílio Vaticano II, em suas intuições básicas e eixos fundamentais, continua com toda sua atualidade. Houve uma “primeira recepção” no contexto das décadas de 1960-1980, mas agora impõe-se o desafio de uma “segunda recepção” no novo contexto de um mundo globalizado e que passa por profundas transformações. Na América Latina, o Sínodo da Amazônia e a Primeira Assembleia Eclesial, recém-realizados, se inserem nesta perspectiva, tendo o papa Francisco como seu protagonista.

Quais são as diretrizes fundamentais do Vaticano II que fazem dele essa “bússola” para a vida da Igreja hoje, conforme a sua avaliação? O Sr. poderia comentar brevemente as diretrizes centrais?

São muitas. Em um livro – *Em que o Vaticano II mudou a Igreja* –, abordo as quinze maiores, que fazem a passagem da Igreja medieval à Igreja da “volta às fontes”: da cristandade à modernidade; da Contrarreforma a uma profunda renovação da Igreja; do binômio clero-leigos à comunidade-ministérios; do sacerdote celebrante a uma assembleia sacerdotal; de uma Igreja-massa a uma Igreja-comunidade; de uma Igreja universalista a uma Igreja de igrejas locais; do bispo colaborador do Papa à colegialidade episcopal; da salvação da alma à salvação da pessoa inteira; da sacramentalização à evangelização integral; da fuga do mundo à inserção no mundo; da apologia ao diálogo e serviço no mundo; de uma Igreja prestígio e poder a uma Igreja pobre; do eclesiocentrismo à salvação também fora da Igreja; do exclusivismo católico ao ecumenismo; da única religião verdadeira ao diálogo inter-religioso.

Em grandes linhas, podemos dizer que, na relação Igreja-mundo, o Vaticano II superou uma postura apologética, contra moderna, de *fuga mundi*, reconciliando a fé com as ciências e inserindo a Igreja no mundo, em uma postura de diálogo e serviço. E, em relação à Igreja propriamente dita, o Concílio superou uma Igreja piramidal, resgatando a prática sinodal do primeiro milênio, uma Igreja Povo de Deus, fazendo a passagem do binômio clero-leigos para o binômio comunidade-ministérios, na corresponsabilidade de todos os batizados.

Quais são as razões principais, segundo a sua análise, para a resistência da parte de certos segmentos da Igreja com o Vaticano II ainda hoje? Qual é a sua avaliação sobre como o Papa tem enfrentado essa resistência?

Sem dúvida, o medo de avançar e de criar o novo. Isso implica pessoas livres, professores de uma fé abraâmica e pascal, de peregrinos habitando terra estrangeira, o que é sempre muito incômodo. Daí a tentação das “cebolas do Egito”, das velhas seguranças de um passado sem retorno. Em tempos de travessia, só há duas seguranças, mas são falsas seguranças, enganadoras, que são o tradicionalismo e o emocionalismo. O primeiro põe a segurança nas normas, nas regras, na ortodoxia, na doutrina de sempre. Cai-se no tradicionalismo, em fundamentalismos, na rigidez moral e de caráter, vendo no diferente um herege ou um inimigo em potencial. Acaba-se refugiado em uma “subcultura eclesial”, criando seu próprio mundo dentro do mundo, o que é uma forma alienada de viver a fé. O segundo, o emocionalismo, como em um mundo em transição se tem a sensação de que “tudo o que é sólido se desmancha no ar” e só restou o corpo, deixa-se levar pelas sensações, na falsa ilusão de que o corpo nunca engana. Em experiências de fé de corte pentecostalista – uma religiosidade eclética e difusa –, tem-se a sensação e a pretensão de tocar o mistério e de possuir a Deus.

Em ambos os casos, o distanciamento do mundo leva a refugiar-se em uma experiência religiosa dualista, que opõe Igreja-mundo, espiritual-material, sagrado-profano, corpo-alma, as posturas típicas do período da cristandade, que o Vaticano II superou. Nesses segmentos de cristãos, qualquer gesto de sensibilidade social ou compromisso com os pobres é visto como ideológico, de esquerda e, se é de esquerda, é comunismo.

Frente a isso, a postura do papa Francisco tem sido clara e firme. De fato, não se pode transigir frente à renovação do Concílio. Mas, ao mesmo tempo, o Papa tem se mostrado paciente, sem punições ou condenações: enfrentou e reformou a Cúria Romana; é respeitoso, mas desconstruiu o perfil imperial do Primado; é compreensivo, mas consequente com a reforma litúrgica do concílio frente aos nostálgicos da missa tridentina; não é moralista, mas decretou tolerância-zero frente aos casos de abuso de consciência, de poder, abusos no campo econômico e sexual de membros do clero etc. O papa Francisco está determinado a erradicar o clericalismo pela implementação de uma Igreja sinodal, assim como de uma Igreja pobre e para os pobres, com gestos fortes de defesa dos excluídos e de afago aos esquecidos e invisibilizados nas periferias, fazendo delas o centro da Igreja.

Considerando que chegamos aos dez anos do pontificado do papa Francisco, segundo a sua avaliação, em que a Igreja avançou em termos de respostas concretas aos desafios internos e externos a ela, próprios deste Terceiro Milênio? Esses avanços convergem com que preconizou o Vaticano II?

Sem dúvida, em meio ao gradativo processo de “involução eclesial”, ainda não estancado pois persiste em vários segmentos conservadores e tradicionalistas, o fato mais relevante do pontificado de Francisco nesses dez anos foi a retomada da renovação do Vaticano II, na perspectiva da “recepção criativa” feita dele pela Igreja na América Latina. Consequência disso são as reformas pendentes da renovação conciliar, já realizadas ou ainda em curso, como a desconstrução do perfil imperial do Primado, a reforma da Cúria Romana e do Sínodo dos Bispos, a desautorização da missa tridentina, a superação do clericalismo por uma Igreja sinodal, o lugar das mulheres na Igreja, a situação na Igreja dos homoafetivos e divorciados etc. O papa Francisco criou um clima eclesial de respeito aos diferentes e de acolhida das diferenças, de liberdade de reflexão e debate, de uma fé testemunhada em uma Igreja samaritana e profética. A encíclica *Fratelli tutti*, na perspectiva da *Gaudium et Spes*, faz da Igreja a companheira de caminho de toda a humanidade, comprometida com as grandes causas da humanidade, que são sempre causas do Evangelho da vida. De batalha perdida, o papa Francisco fez do Vaticano II uma esperança renovada.

A propósito da questão anterior, quais são os desafios que carecem de enfrentamento? O que falta à Igreja para ao menos começar a abordá-los de maneira efetiva?

Fruto do processo de involução eclesial e outros fatores internos e externos à Igreja, muito preocupante é o perfil, quase geral, dos “padres novos”, cada vez mais distantes do Vaticano II e da tradição eclesial da Igreja na América Latina e, consequentemente, do magistério do papa Francisco. Volta-se à sacerdotalização do presbítero, ao sacerdote do altar, com funções reduzidas ao culto e à esfera interna da Igreja, nos parâmetros da oposição dos binômios sagrado/profano, clero/leigos, Igreja/mundo, espiritual/material etc. Todos são, pelo Batismo, profetas, reis e sacerdotes. O presbítero preside uma assembleia toda ela profética, régia e sacerdotal, o *tria munera ecclesiae* (os três múnus) que caracteriza o ser e o fazer da Igreja como um todo. Para isso, é urgente repensar o perfil do seminário, ainda hoje nos moldes tridentinos e os conteúdos da formação.

Outro grande desafio é a mudança de estruturas na Igreja, em especial para inserir a colegialidade episcopal no seio da sinodalidade eclesial. Em uma Igreja sinodal, os bispos precisam ser membros do Povo de Deus, inseridos em seu seio e não exercendo uma função acima dele. Para isso, é urgente uma maior sinodalização dos organismos episcopais, em especial as conferências episcopais nacionais e continentais. Não é sinodal quando se trata de decidir para todo o Povo de Deus, que somente os bispos decidam, contrariando o princípio reinante na Igreja no primeiro milênio – “o que concerne a todos deve ser discernido e decidido por todos”.

Outro desafio, também nada pequeno, é o dever da Igreja de assegurar a celebração da Eucaristia, semanalmente, em todas as comunidades eclesiais –

“a Igreja faz a Eucaristia e a Eucaristia faz a Igreja”, diz o Vaticano II. Menos de 20% das comunidades eclesiais que se reúnem nos finais de semana têm acesso à Eucaristia e, não somente no hemisfério Sul, isso acontece também na Europa. Para responder a esse direito que as comunidades eclesiais têm, o Sínodo da Amazônia decidiu pela ordenação de homens casados, mas que o Papa não acolheu em sua Exortação Final. Há muita resistência a essa e outras mudanças, inclusive com acenos a rupturas na unidade da Igreja, o que seria lamentável. Entretanto, se Deus chama homens com vocação ao presbiterato e ao mesmo tempo ao matrimônio, pode a Igreja não acolher esse chamado? A escuta das igrejas locais no atual processo sinodal registra também o pedido de ordenação de mulheres, pelo menos ao diaconato. E, aqui cabe perguntar-se também se Deus chama mulheres ao diaconato ou ao presbiterato, pode a Igreja não acolher este chamado?

Olhando especificamente para a realidade da Igreja no Brasil, qual é o seu balanço em relação à forma como a comunidade eclesial tem enfrentado esses desafios?

A Igreja Católica no Brasil, concretamente em relação à recepção da renovação do Concílio Vaticano II na perspectiva de sua “recepção criativa” pela Igreja na América Latina, já esteve melhor. Talvez porque tínhamos avançado tanto, hoje é mais visível o quanto retrocedemos. Nas três décadas de “involução eclesial” houve o refluxo de dois modelos de pastoral pré-conciliares.

Um deles é o modelo denominado por Medellín de *pastoral de conservação* (o modelo da cristandade medieval), centralizado no padre e na paróquia massiva, sem vínculos comunitários, sacramentalizadora, com uma marca predominantemente devocionista e, portanto, providencialista e milagreira (procissões, romarias, novenas, milagres e promessas, práticas típicas do catolicismo popular medieval).

O outro modelo pré-conciliar, que voltou com força e muito dinheiro, é a *pastoral apologética* (modelo de Igreja da neocristandade), composto de movimentos ou associações guardiãs da ortodoxia, da moral católica, da dita “sagrada tradição”. Em uma atitude hostil frente ao mundo, criam uma espécie de “subcultura eclesiástica”, no seio da qual veste-se diferente e se combate os diferentes, em típica mentalidade de seita ou gueto. A missa tridentina e os antigos paramentos litúrgicos alimentam seu imaginário, no resgate da pré-modernidade perdida.

Além desses dois modelos do passado, há um outro surgido em nosso presente, que coloca a segurança no emocionalismo, como são o pentecostalismo católico e evangélico, que poderíamos denominar de *pastoral de secularista*, resstrita ao presente, ao aqui e agora. Há o encolhimento da utopia no cotidiano, uma “religião do corpo” em que salvação é sinônimo de prosperidade material, saúde física e realização afetiva. No pentecostalismo, a religião passa a ser

consumista, centrada no indivíduo, pois propõe-se responder às necessidades imediatas das pessoas, em sua grande maioria, órfãos de sociedade e de Igreja, integrada por pessoas machucadas, desesperançadas, frustradas, depressivas, sofredoras, em busca de autoajuda e habitadas por um sentimento de impotência diante dos inúmeros obstáculos a vencer. É a religião a *la carte*: Deus como objeto de desejos pessoais, solo fértil para os mercadores da boa-fé, no seio do atual próspero e rentável mercado do religioso.

E onde estão os que acolheram a renovação do Vaticano II e o levaram à prática segundo o modo como a Igreja na América Latina recebeu em Medellín e Puebla?

Estão aí, eles existem, já foram maioria, mas hoje são quase uma minoria. Em muitos lugares, são brasas sob cinzas. Ultimamente, entretanto, com a arejada de Aparecida e do pontificado do papa Francisco ao resgatarem o Vaticano II e a tradição eclesial libertadora, as chamas voltaram a arder, mas ainda de forma muito tímida em meio a tantas adversidades. São uma Igreja perplexa, pois sentem que, por um lado, as intuições básicas e eixos fundamentais do Vaticano II e da tradição libertadora continuam válidos, mas, por outro, que o contexto mudou e se deparam com novos desafios e a irrupção de novos valores. Sentem que houve uma “primeira recepção” do Vaticano II no contexto da modernidade, mas que, hoje, apresenta-se o grande desafio de uma “segunda recepção” no novo contexto, que em muitos aspectos precisa ser de ruptura com a modernidade, mas sem voltar à pré-modernidade. O mesmo vale para a “recepção criativa” do Vaticano II feita por Medellín. Sem renunciar opção pelos pobres, evangelização integral e libertadora, profetismo... é preciso ir além, buscando dar respostas pastorais às novas perguntas, bem como novas mediações para aterrissar os mesmos ideais no novo contexto.

A Igreja é marcada por uma riqueza de papéis, dons e carismas. Diante desses desafios sobre os quais estamos tratando até aqui, o que Sr. julga ser uma contribuição especial e específica para enfrentá-los da parte do clero, dos consagrados e dos leigos em geral?

A chave, creio, nos foi dada pelo papa Francisco com a Primeira Assembleia Eclesial da Igreja na América Latina e Caribe, recém-realizada. Em lugar de uma Sexta Assembleia de Bispos, o Papa sugeriu uma Primeira Assembleia Eclesial, isto é, uma assembleia do Povo de Deus, a partir da escuta das Igrejas Locais. E em lugar de se colocar na agenda a elaboração de outro documento, Francisco pediu para “reavivar Aparecida”. Por que reavivar Aparecida? O que essa conferência teve de especial? É que Aparecida resgatou a renovação do Vaticano II, cuja recepção havia sido estancada pelo gradativo processo de “involução eclesial”, nas três décadas que precederam o atual pontificado. E, mais que isso, Aparecida resgatou o Vaticano II na perspectiva da “recepção criativa” feita por Medellín e Puebla, precisamente o que o papa Francisco universalizou

por meio de sua programática Exortação *Evangelii Gaudium*. Esse documento, tão inspirador e desafiante, é precisamente a universalização de Aparecida, que resgatou o concílio na perspectiva da Igreja na América Latina.

O Documento Final da Primeira Assembleia Eclesial já foi publicado – *Por uma Igreja em saída às periferias*. Aqui está um bom programa de ação para os ministros ordenados, a vida consagrada e o laicato levarem à prática agora nos próximos anos. Depois, virão também as contribuições do sínodo sobre a sinodalidade da Igreja.

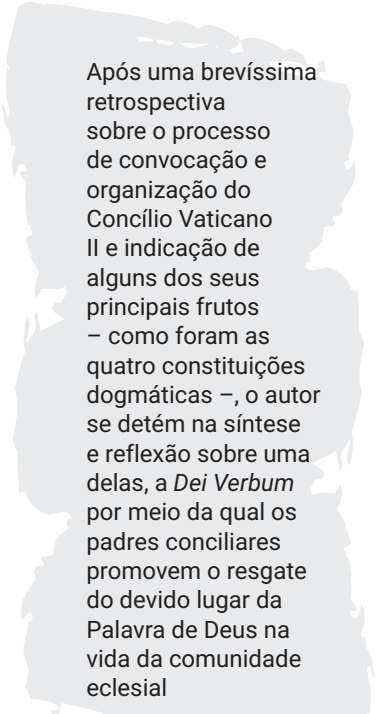
Muitas pessoas, mesmo engajadas na Igreja e sobretudo entre as gerações mais jovens, parecem desconhecer profundamente o legado do Vaticano II para a vida da Igreja. O que a Igreja atualmente indica fazer para cobrir essa lacuna? O Sr. proporia ou enfatizaria algo nesse sentido?

Duas iniciativas creio importantes. A primeira: não ter receio de fortalecer e de dar visibilidade à Igreja do Vaticano II e da tradição libertadora, escondida mas presente no seio de nossas igrejas locais. É preciso valorizar as pessoas e as práticas que mantêm acesa a chama do concílio nos processos pastorais. Mostrar a importância da opção pelos pobres que radica na fé cristológica, da Bíblia nas mãos do povo, da pastoral social em suas múltiplas frentes de ação, das comunidades eclesiais de base, da pastoral da juventude nos meios específicos, da memória de nossos mártires das causas sociais, que têm em mons. Romero o primeiro deles a ser canonizado etc. Os próprios documentos da Igreja em nosso país têm também deixado na penumbra essa Igreja e não têm reconhecido o heroico trabalho de segmentos de cristãos persistentes e resilientes, que em terreno árido procuram manter viva a profecia.

Pensando nos “padres novos”, que se distanciam cada vez mais da renovação do Vaticano II e particularmente da tradição libertadora da Igreja na América Latina, creio que uma iniciativa importante seria incluir no currículo do estudo da Teologia, umas disciplinas que fizessem um estudo sistemático e global do Concílio Vaticano II e da tradição eclesial da Igreja na América Latina a partir de Medellín. Essa é uma das grandes lacunas no estudo da Teologia. O concílio é abordado tangencialmente pelas diversas disciplinas do currículo, sem que se passe às novas gerações o contexto, o texto e o legado do Vaticano II como um todo, à Igreja e ao mundo. O mesmo acontece com relação ao magistério latino-americano. Algumas disciplinas poderiam abordar sistematicamente o conjunto das conferências de Medellín, Puebla, Santo Domingo, Aparecida e a Primeira Assembleia Eclesial, assim como o documento de cada uma delas em particular. Conhecer é condição para amar e acolher estes dons do Espírito, que continuam sendo luz para nossos passos.

O Vaticano II e a Palavra de Deus

Celito Moro¹



Após uma brevíssima retrospectiva sobre o processo de convocação e organização do Concílio Vaticano II e indicação de alguns dos seus principais frutos – como foram as quatro constituições dogmáticas –, o autor se detém na síntese e reflexão sobre uma delas, a *Dei Verbum* por meio da qual os padres conciliares promovem o resgate do devido lugar da Palavra de Deus na vida da comunidade eclesial

O papa Francisco tem insistido muito sobre a importância de sempre mais viver na prática a experiência proposta pelo Concílio Vaticano II. Acredito que seja importante retomar alguns elementos e particularidades do contexto que levaram o papa João XXIII a convocar o referido concílio. Na verdade, já desde os anos 1930, foram surgindo novos movimentos eclesiais, como havia uma grande renovação nos campos bíblico, patrístico, cristológico, eclesiológico e litúrgico. Toda essa renovação criou um clima favorável à necessidade de se pensar a convocação de um concílio para dar vazão a todas as mudanças que aconteciam também na Igreja. Os concílios que antecederam o Vaticano II nasceram como uma exigência de a Igreja tomar um posicionamento diante de algum problema grave que estava acontecendo e que envolvia a instituição, por exemplo, para combater uma heresia.

No dia 25 de janeiro de 1959, na basílica de São Paulo fora dos muros, dia da conversão do apóstolo “das gentes”, no discurso pronunciado diante de 20 cardeais, o “Papa bom”, com certo tremor de comoção e humilde decisão, propôs uma dúplici celebração: realizar um sínodo para a diocese de Roma e um concílio ecumênico para a Igreja Universal. Segundo o Papa, essas duas propostas conduziram ao desejado e esperado *aggiornamento* (atualização) da Igreja. Alguns cardeais se surpreenderam e logo perguntaram ao Papa se havia alguma heresia a ser combatida, pois eles não percebiam que houvesse.

¹ O autor é presbítero da arquidiocese de Santa Maria (RS), doutor em Teologia Moral, pároco, sacerdote exorcista, professor de Teologia Moral e de Bioética na Faculdade Palotina, em Santa Maria, membro da Sociedade Brasileira de Teologia Moral e do Comitê de Bioética no Hospital Universitário de Santa Maria.

Por isso, no discurso de abertura do concílio, no dia 11 de outubro de 1962, falando dos erros, o Papa disse que a Igreja sempre se opôs a eles e “muitas vezes os condenou com a maior severidade”. E continuou: “Agora, porém, a esposa de Cristo prefere usar mais o remédio da misericórdia do que o da severidade. Assim sendo, a Igreja Católica, levantando, por meio deste Concílio Ecumênico, o facho da verdade religiosa, deseja mostrar-se mãe amorosa de todos, benigna, paciente, cheia de misericórdia e bondade também com os filhos dela separados”. Portanto, não se tratava definir novas verdades nem de condenar erros, mas era necessário renovar a Igreja para torná-la capaz de transmitir o Evangelho aos homens do nosso tempo.

Havia também cardeais que não queriam a realização do Concílio. Alguns deles, inclusive, perguntaram ao Papa como é que ele realizaria esse evento trabalhando com um número tão grande de bispos, pois seriam esses mais de dois mil. João XXIII, que tinha sempre um bom humor, respondeu aos cardeais que esse não era um problema do Papa e sim do Espírito Santo. “O Espírito Santo nos ensinará como realizar o Concílio”, ele repetia.

Outro dado importante que é preciso considerar foi o fato de que, quando os bispos chegaram a Roma, a maioria dos documentos já estava pronta para ser votada. No entanto, eles disseram que não tinham ido a Roma para votar documentos, mas sim para ajudar o Papa a realizar o concílio. Então, começaram tudo de novo. É claro que os grandes temas que seriam discutidos já estavam elencados. O primeiro documento a ser elaborado foi a *Sacrosanctum Concilium*, que fala sobre a liturgia. Havia a necessidade de que a Igreja dissesse quem ela é e qual sua missão; então, foi elaborada a *Lumen Gentium*. Os bispos insistiam que era preciso dizer alguma coisa sobre a relação da Igreja com o mundo moderno; foi quando nasceu a *Gaudium et Spes*, que não estava prevista no projeto conciliar e usa o método indutivo. A Igreja sentia também a necessidade de valorizar mais a Palavra de Deus; por isso, foi elaborada a *Dei Verbum*. Assim, temos os quatro documentos mais importantes do concílio. Cabe salientar que o Vaticano II produziu 16 documentos, entre constituições, decretos e declarações.

Um dado importante é que grande parte dos bispos, ao chegarem a Roma, insistiam que a formação dos futuros padres deveria ser mais pastoral. Nesse sentido, o decreto *Optatam Totius*, que trata da formação dos seminaristas, ao falar do estudo da teologia, afirma que “a Sagrada Escritura deve ser a alma da teologia” (OT, n. 16).

Outro elemento importante foi o fato de que os bispos brasileiros, durante o concílio, ficaram hospedados todos juntos em uma casa chamada Domus Mariae. Durante o dia, eles participavam do concílio, no Vaticano, e, à noite sempre eram convidados a assistir conferências com os grandes teólogos, os quais falavam da necessidade da renovação da Igreja. Como o episcopado

brasileiro era numeroso, isso ajudou a fazer a diferença no Concílio, pois eles propunham uma Igreja mais aberta ao mundo.

▲ **A *Dei Verbum* recoloca a Palavra de Deus no seu lugar**

Recentemente, os bispos do Regional Sul 3 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que compreende o estado do Rio Grande do Sul, quando da visita *ad limina*, em maio de 2022, durante os encontros que tiveram com os diversos dicastérios, houve por parte dos responsáveis, a insistência de que fossem estudados com o povo os quatro grandes documentos do Vaticano II. Considerando essa orientação, desticarei agora os elementos importantes da *Dei Verbum*, que fala da Palavra de Deus. Esse documento foi apresentado em 1962 e implicou um árduo caminho de discussão e elaboração até chegar à sua aprovação em 18 de novembro de 1965. O resultado foi um texto breve com grande consistência e, certamente, um dos mais belos frutos do concílio.

No capítulo I, os bispos apresentam a importância da revelação de Deus como tal. Partem do Antigo Testamento, chegando a Jesus Cristo, que, com sua palavra e suas obras, especialmente por sua morte e ressurreição, e o envio do Espírito Santo, concretiza a plenitude da revelação. Com base nessa realidade, “a economia cristã, como nova e definitiva aliança, jamais passará, e não há de se esperar nenhuma outra revelação pública antes da gloriosa manifestação de nosso Senhor Jesus Cristo” (DV, n. 4).

A plenitude da revelação acontece em Jesus. No entanto, a manifestação disso acontece ao longo do tempo, na medida em que novos carismas surgem na história da Igreja. Geralmente, um novo carisma, sob a ação do Espírito Santo ou como efeito da pregação, encarna uma frase ou passagem do evangelho, sendo uma resposta a um novo desafio que se coloca no campo da evangelização.

O capítulo II fala da transmissão da revelação que aconteceu pelos apóstolos de forma oral e depois escrita, por meio dos evangelhos. E para que os evangelhos se conservassem inalterados, os apóstolos deixaram os bispos como seus sucessores transmitindo o seu encargo de Magistério. Por isso, a “Sagrada Tradição e a Sagrada Escritura dos dois Testamentos são como um espelho no qual a Igreja peregrina na terra contempla a Deus” (DV, n. 7). Essa Tradição dos apóstolos se mantém viva no ensinamento dos Santos Padres – que são os primeiros escritores eclesiais depois dos apóstolos – e continua no cânon completo dos livros sagrados, e as Sagradas Escrituras são, nessa Tradição, cada vez mais aprofundadas e compreendidas. Por isso, “a Sagrada Tradição e a Sagrada Escritura estão intimamente unidas e compenetradas entre si. A Sagrada Escritura é a Palavra de Deus enquanto foi escrita por inspiração do Espírito Santo; a Sagrada Tradição, por sua vez, transmite integralmente aos sucessores dos Apóstolos a Palavra de Deus confiada por Cristo Senhor e pelo Espírito

Santo aos Apóstolos” (DV, n. 9). Ao Magistério da Igreja cabe interpretar a Palavra de Deus estando a seu serviço e não acima da Palavra. De acordo com o plano divino, a Sagrada Tradição, a Sagrada Escritura e o Magistério da Igreja, “de tal maneira se unem e se associam que um sem os outros não se mantém, e todos juntos, cada um a seu modo, sob a ação do mesmo Espírito Santo, contribuem eficazmente para a salvação das almas” (DV, n. 10).

O capítulo III descreve que “as coisas reveladas por Deus, contidas e manifestadas na Sagrada Escritura, foram escritas por inspiração do Espírito Santo. Com efeito, a santa Mãe Igreja, segundo a fé apostólica, considera como santos e canônicos os livros inteiros do Antigo e do Novo Testamento com todas as suas partes, porque, escritos por inspiração do Espírito Santo, têm Deus por autor, e como tais foram confiados à própria Igreja” (DV, n. 11). Os bispos afirmam que o intérprete da Sagrada Escritura, para entender bem o que Deus nos quis transmitir, deve investigar atentamente o que os hagiógrafos quiseram dar a entender. Para melhor realizar isso, devem considerar não só os diversos gêneros literários, como também ter atenção ao espírito em que foi escrita a Sagrada Escritura. Além disso, esse capítulo coloca em relevo a importância do trabalho dos exegetas.

O capítulo IV que fala do Antigo Testamento, não assume as polêmicas que foram evidenciadas nos últimos tempos, mas destaca a sua importância e o seu significado para a vida dos cristãos. O capítulo começa dizendo que Deus, nos seus desígnios, prepara a salvação escolhendo um povo para confiar as suas promessas, revelando-se por palavras e ações como o único Deus vivo e verdadeiro. Por isso, “a ‘economia’ da salvação de antemão anunciada, narrada e explicada pelos autores sagrados, encontra-se nos livros do Antigo Testamento como verdadeira palavra de Deus. Eis por que esses livros, divinamente inspirados, conservam um valor perene (DV, n. 14). Segundo os bispos, “tais livros, apesar de conterem também coisas imperfeitas e transitórias, revelam, contudo, a verdadeira pedagogia divina” (DV, n. 15).

O capítulo V descreve que “a palavra de Deus, que é virtude de Deus para a salvação de todos os crentes, apresenta-se e manifesta o seu poder de um modo eminente nos escritos do Novo Testamento” (DV, n. 17). E os bispos destacam que “ninguém ignora que entre todas as Escrituras, mesmo do Novo Testamento, os Evangelhos têm o primeiro lugar, enquanto são o principal testemunho da vida e doutrina do Verbo encarnado, nosso salvador” (DV, n. 18).

Já o capítulo VI, ao falar da Palavra de Deus na vida da Igreja, coloca em relevo as duas mesas de que ela sempre se serviu para alimentar os seus filhos. Essa afirmação nasce daquilo que diversos Padres da Igreja já haviam destacado no início da Igreja, isto é, das duas mesas que estão sempre relacionadas, a Palavra de Deus e a Eucaristia. Os bispos afirmam que “a Igreja venerou sempre as divinas Escrituras como venera o próprio Corpo do Senhor, não deixando jamais,

sobretudo na sagrada Liturgia, de tomar e distribuir aos fiéis o pão da vida, quer da mesa da Palavra de Deus quer da do Corpo de Cristo. [...] Com efeito, nos livros sagrados, o Pai que está nos céus vem amorosamente ao encontro de seus filhos, a conversar com eles; e é tão grande a força e a virtude da palavra de Deus que se torna o apoio vigoroso da Igreja, solidez da fé para os filhos da Igreja, alimento da alma, fonte pura e perene de vida espiritual” (DV, n. 21).

Devemos destacar que já na *Sacrosanctum Concilium*, sobre a liturgia, aprovada em 4 de dezembro de 1963, os bispos convidam os fiéis a entrar no mistério de fé participando dele, e “sejam instruídos pela Palavra de Deus, saciados pela mesa do Corpo do Senhor e deem graças a Deus” (SC, n. 48). Na *Presbyterorum ordinis*, falando dos meios que os sacerdotes dispõem para ajudar na santificação dos fiéis, os prelados destacam que “entre todos os auxílios espirituais, sobressaem os atos pelos quais os fiéis se alimentam da Palavra de Deus, na dupla mesa da Sagrada Escritura e da Eucaristia” (PO, n. 18).

Ao tratar da vida religiosa, os bispos convidam os religiosos a buscar nas fontes cristãs o alimento de sua espiritualidade. E pedem que tenham “todos os dias, entre as mãos a Sagrada Escritura, para que aprendam, pela leitura e meditação, ‘a eminente ciência de Jesus Cristo’ (Fil. 3,8). Celebrem a sagrada Liturgia, sobretudo o sagrado mistério da Eucaristia, pelo coração e pela palavra, segundo o espírito da Igreja, e alimentem desta abundantíssima fonte a vida espiritual” (PC, n. 6).

Concluindo, podemos dizer que o Concílio Vaticano II foi o maior evento eclesial do século 20, pois foi a concretização do sopro do Espírito Santo que trouxe vida nova à Igreja. O grande desafio lançado pelo concílio a toda a Igreja foi o da renovação. Certamente, uma das fontes de renovação da Igreja é a vivência da Palavra de Deus. No Brasil, temos muitos grupos de fiéis que se encontram para ler, meditar, rezar e colocar em prática a Palavra de Deus. Temos, em muitas dioceses, uma catequese com a leitura orante da Palavra. Temos movimentos eclesiais que vivem a Palavra, a exemplo dos Focolares com a difusão mensal do comentário da Palavra de Vida.

Se olharmos para Maria, a Mãe de Jesus, vamos encontrar nela o modelo, pois ela foi a fiel discípula do Senhor por excelência, porque viveu a Palavra. Que bom que temos um Papa latino-americano que nos convida a sempre mais colocar na prática as propostas do concílio. E uma das grandes propostas conciliares foi a de recolocar a Palavra de Deus no lugar que ela ocupava no cristianismo primitivo; por isso o concílio nos convidou a “voltar às fontes”.

O Vaticano II e o fundamentalismo

João Décio Passos¹

Neste artigo, o autor reflete sobre o conceito e o desenvolvimento do fundamentalismo, que nasce no âmbito religioso cristão e se expande para outras áreas da vida em sociedade, e apresenta elementos essenciais de um método de leitura e compreensão da realidade que tem orientação no Concílio Vaticano II e rejeita a perspectiva fundamentalista

O fundamentalismo é um movimento que nasceu no seio de igrejas cristãs no início do século passado na América do Norte; emergiu como movimento de reação aos avanços das ciências modernas cujos resultados haviam colocado em dúvida conteúdos de passagens bíblicas, em duas frentes básicas: a primeira referente ao uso do método histórico-crítico que oferecia ferramentas científicas para interpretar a Bíblia e que ganhavam evidência, sobretudo na tradição protestante; a segunda reagia de modo frontal à teoria da evolução formulada por Charles Darwin (1859) que desbancava as narrativas da criação contidas no Livro do Gênesis.

O movimento afirmava a Bíblia como fundamento de toda verdade referente não somente às coisas da fé, mas também às coisas naturais e humanas. Entendiam que a Bíblia era o livro que continha a revelação de Deus e, por essa razão, comunicava uma verdade inerrante jamais desbancada pelas ciências. O movimento organizado por um grupo de pastores² de algumas denominações protestantes acabou tornando-se um método de leitura da Bíblia que avançou no tempo e no espaço, penetrando, inclusive, no catolicismo, de forma expressiva nos tempos atuais. Com o tempo, tornou-se um termo utilizado para designar as posturas análogas em outras confissões religiosas, caso do

¹ O autor é doutor em Ciências Sociais e livre docente em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião da PUC-SP.

² O movimento compôs uma coleção de manifestos publicada com o título *The fundamentals*, em 1909. Cf. tradução brasileira: *Os fundamentos*; a famosa coleção de textos das verdades bíblicas fundamentais. São Paulo: Hagnos, 2005.

judaísmo e do islamismo, assim como do hinduísmo e do budismo e, até mesmo, para designar determinadas posturas políticas ou científicas.

O fundamentalismo tornou-se, majoritariamente, sinônimo de postura religiosa sectária e tradicionalista, de grupo fechado e autorreferenciado que rejeita o diferente, renega as mudanças internas na tradição religiosa e rejeita a mentalidade moderna como modo de compreender a realidade em sua totalidade. A rápida exposição terá como foco a postura hermenêutica fundamentalista: o modo como o texto bíblico é acolhido, interpretado e aplicado. Embora a mediação de uma hermenêutica seja negada, o fundamentalismo pratica a sua com base em alguns pressupostos implícitos que serão elencados a seguir.

O Vaticano II não tematizou a questão em seus debates e, por conseguinte, não ofereceu orientações diretas sobre essa postura que já havia ganhado o planeta na década de sessenta. No entanto, é possível postular que o Concílio ofereceu um método fundamental que rejeita a postura fundamentalista, não somente na constituição *Dei Verbum* que lançou diretrizes para a interpretação bíblica, mas, sobretudo, na constituição *Gaudium et Spes* que versou sobre as relações da Igreja com o mundo.

▲ O movimento fundamentalista

Há muitas maneiras de definir a postura fundamentalista, de modo específico, como parte das leituras bíblicas atuais (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLIA, p. 82-86) ou de um modo amplo, como reação de resistência religiosa aos tempos modernos, como fez Karen Armstrong (2001). O fundamentalismo nasceu e se expandiu como postura hermenêutica em relação às fontes bíblicas, entendidas como fundamento de todas as verdades, embora tenha evoluído para práticas sociais e políticas pautadas em fundamentos religiosos. Dentre as várias características do fundamentalismo cristão podem-se destacar as seguintes: a) uso da doutrina cristã (dogmática da reforma) como critério de interpretação das fontes escriturísticas, sem escuta do conteúdo objetivos do texto; b) dispensas e/ou rejeição das mediações científicas (ciências bíblica) como necessárias para a interpretação textual; c) transposição imediata da narrativa bíblica para o contexto atual, sem ponderações temporais; d) absolutização da leitura supostamente literal como interpretação única da verdade revelada; e) suspeição e rejeição das ideias e valores modernos como perigosos à autêntica verdade e como ameaças à salvação oferecida por Deus em Jesus Cristo.

Com esses princípios, o fundamentalismo se apresenta como um movimento pré e antimoderno, quando entende: a) a unicidade da verdade: definida com base na verdade revelada que renega tudo o que dela divergir (contra a pluralidade das verdades de cada ciência edificada pela era moderna); b) visão monista: indistinção ente as dimensões transcendente e imanente (já feita pela metafísica clássica e afirmada pelo pensamento moderno); c) a causalidade

sobrenatural: entendida como causa imediata de todas as coisas naturais (ignorando a distinção clássica entre causa primeira e causas segundas e o conceito de causalidade natural afirmada pela mentalidade/ciências modernas) d) a eternidade do tempo: a ideia de um tempo contínuo³ que não distingue o texto do passado com as condições presentes (contra a consciência histórica que distingue os contextos do passado e do presente, pressuposto para toda abordagem de textos antigos); e) a identidade entre letra e sentido (contra as formas clássicas que distinguem os sentidos literal, alegórico e moral – Padres da Igreja – e os estilos literários das abordagens modernas).

O século passado demarcou a expansão, o crescimento e as adaptações da proposta fundamentalista como prática de leitura bíblica, sendo adotada cada vez mais por igrejas de tradição protestante e, mais tarde, por determinados segmentos da Igreja Católica. O movimento original protagonizado por pastores protestantes seguiu uma dinâmica histórica que testemunha fôlego e vigor, para além das previsíveis rotinizações que caracterizam as invenções religiosas e políticas no decorrer do tempo. No âmbito do cristianismo atual, o movimento pode ser localizado em confissões autodeclaradas fundamentalistas (igrejas protestantes históricas de origem estadunidenses, igrejas pentecostais estrangeiras e nacionais), como tendência presente nas igrejas protestantes históricas e católica (em movimentos de matriz pentecostal) e como tendência difusa adotada por sujeitos cristãos (clérigos e leigos) e presente em produtos religiosos midiáticos. Com efeito, quatro direções ou tendências podem definir esse processo de expansão na atualidade:

1º) *Popularização*. A postura fundamentalista foi sendo adotada pelas igrejas de missão da tradição protestante norte-americana e pela tendência pentecostal (1906) que se multiplicou em incontáveis igrejas em sucessivas levadas e angariou adeptos nas igrejas protestantes históricas e, mais tarde, no catolicismo. Ao popularizar-se nesse grande e amplo movimento, o fundamentalismo consolidou-se como um modo regular de ler/interpretar/aplicar o texto bíblico disponível aos sujeitos religiosos populares: a) como leitura emocional, clima que alimenta as interpretações fundamentando-se nas motivações e sentimentos dos sujeitos; b) como leitura literal imediata do texto, identificada com a forma de entender do leitor; c) pela identificação imediata da letra textual com a revelação de Deus; d) como leitura seletiva de passagens adotadas como unidade autônoma de significado; e) pela generalização dessas passagens como verdades autossuficientes; f) pela adoção das passagens como normas a serem seguidas na atualidade, sem qualquer distinção de contextos passados. Esses parâmetros de leitura avançaram por dentro do cristianismo em sintonia com a crescente centralidade do indivíduo nos processos de escolha no âmbito da chamada modernidade e da cultura do consumo e do bem-estar.

³ Conceito proposto por Mircea Eliade para explicar o tempo mítico. Cf. *O sagrado e o profano*, p. 62-66.

2º) *Pragmatização*. Uso ritual de passagens bíblicas como fontes de solução para problemas da existência humana, ou para crises econômicas e políticas. Essa tendência sucedeu à fase original de cunho doutrinal, de defensiva intransigente da verdade contida na Bíblia. Trata-se de uma leitura que expressa duas das características acima descritas: a supressão da distinção do tempo do texto e do tempo do leitor atual – tempo contínuo –, de forma a aplicar a narrativa do passado imediatamente no presente (as narrativas de milagre do passado como ferramentas de cura no presente, as narrativas machistas do passado como norma para a sociedade atual, as teologias da batalha do passado como roteiros para as batalhas políticas atuais etc.) e a seleção de passagens em função de uma necessidade do indivíduo, sem esforços de aplicação de uma hermenêutica global que permita situar uma passagem no conjunto maior dos textos bíblicos, sob o eixo central do Novo Testamento, como assume a tradição cristã. A linguagem ritual executada por lideranças religiosas – presbíteros e pastores – com essa finalidade de eficácia confere à ação uma legitimidade sobrenatural que reforça a confiança inabalável na solução prometida por parte do fiel. Fundamentalismo prático e mágico. A Palavra realiza seu conteúdo uma vez lida e soluciona o problema desejado.

3º) *Politização*. Se nas origens o fundamentalismo se apresentava como uma reação às interpretações conflitantes das ciências com ensinamentos bíblicos e, portanto, como uma postura antes de tudo moral e espiritual, com o passar do tempo, a começar pelos EUA, foi adquirindo uma conotação cada vez mais política: como postura defendida por tendências e partidos defensores de uma identidade cristã estadunidense e, por conseguinte, defensores da expansão hegemônica daquele país. Essa tendência atingiu seu ápice nos últimos tempos e dedicou-se a fazer traduções imediatas de passagens bíblicas de conteúdo teocrático para fundamentar governos atuais de extrema direita. A chamada teologia da batalha retirada em estado bruto de passagens do Antigo Testamento cumpriu à risca essa função política nas conjunturas em recentes.

4º) *Extremização*. O neologismo indica a tendência de afinidade e aliança do fundamentalismo com regimes e governos de extrema direita emergentes pelo planeta afora. A adoção de teses autoritárias do trumpismo e do bolsonarismo como conaturais a certas passagens bíblicas expressa essa tendência. Esses grupos político-religiosos afirmam um fundamento religioso do poder sempre em luta contra os inimigos, adotam passagens bíblicas que legitimam posturas machistas e homofóbicas e que justificam a violência contra os inimigos de Deus e defendem pautas conservadoras isolacionistas e xenofóbicas para os governos. Trata-se de uma tendência que adquire fisionomia análoga aos extremismos islâmicos. Por meio das redes sociais se organizam em bolhas que reproduzem narrativas antidemocráticas e sentimentos de ódio ao diferente em nome de Deus. Esse capítulo novo da história do fundamentalismo cristão é escrito em parceria com tradicionalistas católicos e judeus e com defensores da ideologia da segurança por meio das armas e da repressão das forças militares.

▲ O aggiornamento da leitura bíblica no Vaticano II

Como já foi mencionado, o concílio não se ocupou da questão fundamentalista que, ao que parece, não constituía problema relevante para os debates, sobretudo no contexto europeu em franca secularização. No entanto, é possível retirar do espírito e da letra conciliares alguns parâmetros gerais que ajudem a discernir a postura fundamentalista. Do espírito conciliar, vale resgatar a ideia de um método fundamental adotado em todo o percurso das reflexões, durante as quatro seções conciliares (1962-1965), a saber, dois movimentos metodológicos básicos e estruturantes de todo o processo: um movimento vertical de volta às fontes (primeiro às fontes bíblicas e, em seguida, às fontes patrísticas) concomitante ao um movimento horizontal que dialoga com a realidade presente (com a mentalidade e as práticas modernas). A articulação desses dois movimentos direcionou a reflexão e as decisões conciliares, de forma a concretizar o pretendido *aggiornamento* proposto por João XXIII. Esse método fundamental desautorizou toda mentalidade fixista, sobretudo aquela essencialista de viés escolástico, fortemente consolidada na formulação dogmática e na prática teológica.

A relação entre as fontes da fé e a realidade presente permitiu aos padres conciliares repensar as clássicas questões teológicas com base em uma moldura renovadora que refez a compreensão de Igreja, de suas relações com outras confissões e com a sociedade de um modo geral. Na hermenêutica do *aggiornamento* as fontes bíblicas estão em sintonia com o presente, sempre em uma circularidade que promove a retroalimentação entre os significados das fontes e o significado da história presente. O método ver-julgar-agir (BRIGHENTI, 2022), adotado explicitamente na composição da constituição *Gaudium et Spes*, revela essa postura hermenêutica dialogante e que supera todo fechamento à literalidade do texto, assim como o isolamento dos cristãos em relação à sociedade.

Dos textos conciliares é possível destacar duas posturas que tocam diretamente nas práticas hermenêuticas bíblicas. A primeira, como não poderia ser diferente, da constituição *Dei Verbum*, dedicada à Revelação divina e que afirma no seu número 12: a) a relação necessária entre o contexto eclesial (tradição e magistério) e a interpretação do texto = superação da leitura individualista; b) a relação inseparável entre a revelação divina e a mediação humana = superação da identificação da verdade revelada com a literalidade textual; c) a relação entre o limite histórico do texto escrito por um sujeito humano situado e o significado profundo dessa escrita como revelação = negação da identificação entre letra e sentido; d) a afirmação da necessidade do estudo para se chegar ao significado do texto sempre situado em uma época histórica = negação das traduções anacrônicas do passado para o presente; e) a centralidade do Novo Testamento como parâmetro de compreensão do Antigo Testamento = desautorização da leitura seletiva de versículos e passagens como unidade autônoma de sentido (n. 16).

A constituição *Dei Verbum* resgata a centralidade da Bíblia na vida da Igreja em uma hábil articulação que nega a leitura livre de muitas comunidades oriundas da reforma, afirma a necessidade da tradição e, ao mesmo tempo, do uso indispensável das ferramentas do método histórico-crítico.

Na medida em que o processo conciliar avançou, a leitura da realidade presente era feita pelo confronto crítico e criativo entre as fontes bíblicas. O último texto a ser aprovado, a constituição *Gaudium et Spes*, não somente praticou essa circularidade hermenêutica, como a formulou do ponto de vista metodológico e teológico. A noção de “sinais dos tempos” (GS, sobretudo os números 4, 11 e 44) designou essa prática metodológica (PASSOS, 2015, p. 252-258) e foi indicada como parâmetro que a Igreja deveria adotar desde então. O discernimento dos sinais dos tempos despolariza eventuais isolamentos entre a Palavra revelada e a realidade presente e coloca em ação uma hermenêutica contínua que põe criativamente em interação as duas grandezas com suas distintas verdades. Fica, desse modo, desautorizada toda militância fundamentalista que coloca o texto acima da realidade como portador de uma verdade isolada e concluída, assim como os isolamentos da história em sua imanência, sendo ela sempre portadora de um sinal presente de Deus. E é precisamente do confronto entre a Palavra de Deus testemunhada no texto e revelada na história que se pode auscultar os desígnios eternos de Deus em cada tempo e lugar. Nesse confronto, as linguagens modernas têm uma função importante e podem ajudar na própria compreensão da Palavra de Deus, quando são acolhidas e compreendidas. Vale citar a síntese oferecida no número 44 da constituição:

Compete a todo Povo de Deus, principalmente aos pastores e teólogos, com o auxílio do Espírito Santo, auscultar, discernir e interpretar as várias linguagens de nosso tempo, e julgá-las à luz da palavra divina, para que a verdade revelada possa ser percebida sempre mais profundamente, melhor entendida e proposta de modo mais adequado.

O Vaticano II ensina a postura fundamental da abertura e do diálogo para todas as dimensões e relações da fé com a cultura, a sociedade e a política modernas. Ensina que a renovação da Igreja acolhe necessariamente as renovações da ciência e da teologia que permitem ler os textos a partir da realidade presente e a mesma realidade a partir da Palavra contida no texto. Na era conciliar – era do novo Pentecostes – a Igreja caminha no discernimento da realidade e de si mesma e conta com o Espírito que a conduz à verdade com a mediação da Palavra revelada. A Igreja é peregrina da verdade na história que passa e modifica inevitavelmente o significado de todas as coisas. A leitura dos textos bíblicos e a leitura da realidade são os dois polos de um processo permanente de busca da verdade que não pode ser aprisionada em nenhum texto ou esquema do passado. Nessa postura hermenêutica, não há lugar para fixismos doutrinários nem para qualquer postura fundamentalista.

Com mais de um século, o fundamentalismo cristão expandiu-se como movimento que atravessou as diversas confissões cristãs como um modo próprio de interpretar e recepcionar o texto bíblico e como modo de interpretar a realidade. De movimento espiritual avançou para afinidades políticas e ideológicas, de movimento protestante intraeclesial tornou-se um modo de interpretar a realidade que deu fundamentação para grupos conservadores, de postura de leitura bíblica proporcionou resguardo para leituras negacionistas e conspiratórias hoje presentes nas redes sócio-virtuais. O fundamentalismo evoluiu, assim, de uma interpretação das fontes para um jeito de ser Igreja e um jeito de ser político. Os fundamentalistas encontram-se hoje nas igrejas, nas mídias e nos governos.

A necessidade de discernir essa postura a partir da tradição cristã, de uma abordagem científica das fontes e da abordagem científica da realidade torna-se a cada dia mais urgente. O Vaticano II não somente seguiu o método clássico que articula fé e razão, como também adotou de modo explícito a contribuição das ciências modernas para compreender o mundo de então e o próprio texto bíblico. O discernimento do fundamentalismo exige ciência (em todos os sentidos da decodificação de todo texto recepcionado), fé no Espírito que guia a história (para além dos limites e das crises, para além das emoções e medos pessoais), ética (que referencia as leituras de texto e de mundo em nome do valor da vida) e política (a melhor política que cuida do bem comum e das relações dialogais em todas as esferas da convivência humana).

▲ Referências

ARMSTRONG, Karen. *Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BRIGHENTI, Agenor. *O método ver-julgar-agir: da ação católica à teologia da libertação*. Petrópolis: Vozes, 2022.

COMPÊNDIO DO VATICANO II (Constituições *Dei Verbum* e *Gaudium et Spes*). Petrópolis: Vozes, 1988.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PASSOS, J. Décio. *Concílio Vaticano II: reflexões sobre um carisma em curso*. São Paulo: Paulus, 2015.

PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. *A interpretação da Bíblia na Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1994.

VV.AA. *Os fundamentos: a famosa coleção de textos das verdades bíblicas fundamentais*. São Paulo: Hagnos, 2005.

Vaticano II e o lugar dos leigos na Igreja

Luís Henrique Marques¹

No seu esforço de *aggiornamento* (atualização), o Concílio Ecumênico Vaticano II reservou um importante espaço para a revisão do papel das e dos fiéis leigos, quer no âmbito da própria Igreja, quer no mundo, enquanto comprometidos com a causa da evangelização. Entre os documentos desse concílio que mais diretamente abordam essa temática encontra-se o decreto *Apostolicam Actuositatem* (sobre o apostolado dos leigos), assinado e publicado pelo papa Paulo VI em 18 de novembro de 1965.

Naturalmente, a primeira dica que posso dar é que todos devemos (re)ler esse texto. Com efeito, o que faço aqui é quase uma resenha à qual me permito agregar a reflexão sobre um argumento em particular, no meu entendimento, diretamente conectado com a questão dos leigos na Igreja: o clericalismo, um problema que resiste ao tempo e pelo qual todos os membros da comunidade eclesial são responsáveis. Mas, vamos por partes. Primeiramente, gostaria de evidenciar o que considero questões-chave do decreto *Apostolicam Actuositatem*.

O decreto parte da definição de apostolado: “A Igreja nasceu para tornar todos os homens participantes da redenção salvadora e, por eles, ordenar efetivamente a Cristo o universo inteiro, dilatando o mundo o seu reino para glória de Deus Pai. Toda a atividade do Corpo místico que a este fim se oriente, chama-se

Neste artigo, o autor revisita o decreto *Apostolicam Actuositatem*, do papa Paulo VI, que apresenta orientações fundamentais sobre o apostolado laical, pelo qual não só define com clareza o papel e âmbito de atuação dos fiéis leigos, o que contribui, de forma essencial, para a superação do clericalismo

¹ O autor é jornalista e historiador, com doutorado em História pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) – campus de Assis e pós-doutorado em Comunicação pela Faculdade Casper Líbero. Atualmente, cursa bacharelado em Teologia pelo Centro Universitário Claretiano. É editor-chefe da revista *Cidade Nova* e diretor responsável pela revista *Ekklesia Brasil*.

apostolado”. Portanto, a razão de ser da Igreja está em evangelizar. Sendo parte da Igreja, leigos e leigas devem também assumir esse papel, segundo as características próprias da sua vocação. De fato, mais adiante, o texto afirma: “A todos os fiéis incumbe, portanto, o glorioso encargo de trabalhar para que a mensagem divina da salvação seja conhecida e recebida por todos os homens em toda a terra”.

Mas, para realizar o apostolado, não basta desejar ou mesmo partir para a ação. É preciso estar unido a Cristo (fonte e razão de toda ação apostólica), mediante uma relação íntima, alimentada pela participação nos sacramentos, em especial, na Liturgia, onde se dá o encontro com a Palavra e a Eucaristia. Essa experiência, realizada por meio do testemunho concreto e cotidiano, e pelo anúncio da Palavra, tem ainda fundamento nas Bem-aventuranças, assim como tem a Virgem Maria como modelo perfeito de vida espiritual e apostólica, afirma o decreto.

A singularidade do apostolado laico está no fato de que a sua realização acontece especialmente no ambiente secular, uma vez que a “a obra redentora de Cristo, que por natureza visa salvar os homens, compreende também a restauração de toda a ordem temporal”. De fato, não poderia ser diferente: essa mesma obra de redenção tem a sua plenitude na encarnação do Cristo que se fez ser humano em tudo, exceto no pecado.

Aqui é preciso chamar a atenção para o fato de que corremos o risco de separar a vida espiritual das realidades terrenas, fruto de uma herança da religiosidade medieval que, na busca por Deus, tendia a condenar tudo o que fosse humano. Essa tendência, com frequência, permanece em muitos cristãos hoje. No entanto, o conceito adequado de espiritualidade é aquele que exige a encarnação, porque implica a realização das realidades espirituais no cotidiano da vida, de modo a dar a essa mesma vida o sentido e o valor assim como pensado no projeto de Deus. “Todas as realidades que constituem a ordem temporal [...] não são meios para o fim último do homem, mas possuem valor próprio, que lhes vem de Deus, quer consideradas em si mesmas, quer como partes da ordem temporal: ‘e viu Deus todas as coisas que fizera, e eram todas muito boas’ (Gen. 1,31)”, afirma *Apostolicam Actuositatem*.

O decreto confirma que a colaboração das e dos leigos no ambiente especificamente eclesial, por exemplo, na assistência aos ministros ordenados e no serviço nas comunidades eclesiais, é fundamental para a vida da Igreja e uma ação tipicamente apostólica. Mas o texto deixa claro que é em outros ambientes (como o da família, do trabalho, do mundo da cultura e das artes, no ambiente político etc.) em que a vocação apostólica dos leigos se realiza de forma plena. Nesse sentido, o texto dá certo destaque às obras caritativas de promoção humana e social nas quais o desempenho dos leigos é especialmente importante. É relevante considerar que, em muitos desses espaços civis, a Igreja hierárquica não consegue se fazer presente, justamente ali onde há uma clara exigência de

transformação da realidade segundo os valores cristãos, sem os quais a evangelização torna-se incompleta e, com frequência, infrutífera. Isso é particularmente grave quando se nota que os fiéis leigos vivem, por assim dizer, uma vida dupla, quando, por exemplo, manifestam sua adesão pública à fé indo à igreja e, ao mesmo tempo, desrespeitam a dignidade humana em casa ou no ambiente de trabalho. Trata-se de uma evidente e inaceitável contradição.

Justamente ali, onde o testemunho do Evangelho se torna particularmente exigente, as e os leigos precisam estar preparados, o que exige fidelidade e formação espiritual contínua, bem como competência humana para os papéis que devem exercer. A primeira fonte de formação é a própria vivência concreta e cotidiana do Evangelho. Isso não dispensa, contudo, uma formação mais específica do ponto de vista doutrinal, teológico, ético e filosófico, argumenta o papa Paulo VI na *Apostolicam Actuositatem*.

O Pontífice, a propósito, apresenta uma série de proposições a respeito dessa formação para o trabalho apostólico. Entre elas, o Papa chama a atenção para o fato segundo o qual “devem os leigos receber uma formação especial para estabelecerem o diálogo com os outros, quer crentes quer não crentes, e comunicarem a todos a mensagem de Cristo”. Paulo VI confirma a tônica de mudança fundamental na Igreja instaurada pelo Vaticano II: doar sim Cristo ao mundo, sempre e com coerência, mas com respeito a outras concepções culturais mediante uma postura de abertura e diálogo. Quem, como os leigos, está em espaços não eclesiais (aliás, passa maior parte do seu tempo neles), precisa assumir essa postura.

▲ Antídoto contra o clericalismo

Em consonância com essas considerações a respeito da vocação e papel de leigas e leigos na Igreja – apresentados aqui de forma bastante sumária –, o Concílio Vaticano II redefiniu a identidade da Igreja como Povo de Deus, cujos membros, todos sem exceção (clero, religiosas e religiosos, leigas e leigos), pelo Batismo, assumem a mesma dignidade de filhos do Senhor, membros do Corpo Místico de Cristo e partícipes do tríplice múnus de Jesus (o sacerdotal, o profético e o régio), embora possuam vocações e papéis diferentes no seio da comunidade eclesial.

Ao longo da história da Igreja, a dignidade das e dos leigos nem sempre foi valorizada ou mesmo respeitada, em razão do abuso de poder por parte de certos membros do clero, até mesmo movidos por interesses legítimos. Na verdade, também desde a Idade Média, persiste a tentação de considerar os leigos como “cristãos de segunda categoria”, porque esses permanecem comprometidos com as coisas temporais enquanto ministros ordenados veem a si mesmos e são vistos assim como superiores por “cuidarem das coisas do Alto”. A essa

centralização e abuso de poder por parte de membros da hierarquia eclesiástica, convencionou-se chamar hoje de clericalismo. É uma óbvia corrupção da vocação de quem deveria deixar tudo para seguir voluntária, humilde e radicalmente Deus. Essa situação se agrava quando os próprios leigos se submetem a posturas clericais ou assumem um comportamento semelhante ao clericalismo.

Naturalmente, da parte do clero, cabe superar essa tentação e permitir que leigos e leigas assumam um papel de protagonistas no trabalho de evangelização, conforme a sua condição e características e, em especial, naqueles espaços em que eles têm melhor condição de fazê-lo. Nesse sentido, é típico de uma postural clerical aquela de achar que apenas o padre sabe o que é melhor a ser feito, sempre e em qualquer lugar, que tudo na vida da comunidade eclesial deve girar em torno dele e/ou que os leigos não têm espaço dentro da Igreja ou tempo fora dela para suas iniciativas apostólicas. Da parte do leigo, posturas irrefletidas, de pietismo exagerado e abusos de poder ou consciência em relação a outros leigos são alguns exemplos de atitudes a serem superadas para vencer o clericalismo.

Na Igreja, todas as vocações devem coexistir de forma harmoniosa, em relações mais horizontais (ou dialógicas), uma vez que elas necessitam umas das outras para realizarem plenamente o seu papel. É fato que sobre certos temas (como a observância da doutrina, por exemplo), cabe à hierarquia apontar erros e acertos, aprovar ou não certas iniciativas, uma vez que ela possui a autoridade, concedida pelo Espírito Santo, para isso. Além disso, em uma comunidade eclesial, o sacerdote é um ponto de referência e unidade para todos. Mas essa autoridade é comprometida quando não há coerência entre discurso e prática, por exemplo, quando o sacerdote não sabe ouvir e acolher seus paroquianos. Ou quando instrumentaliza as relações, tirando proveito da disponibilidade de leigos e leigas para atender interesses pessoais, ainda que movido por princípios legítimos.

Em um ambiente em que todos assumem digna e amplamente seus papéis, definidos por vocação específica, e se ajudam reciprocamente, não há espaço para qualquer tipo de abuso de poder ou postura autoritária, como são típicas no clericalismo. Não se trata de democratizar as relações institucionais da Igreja, mas apenas e simplesmente de viver com coerência o próprio Evangelho cuja meta final é a construção do Reino de Deus. A vivência da mútua e contínua caridade, que nos faz vermos uns aos outros como irmãos (e não patrões e empregados, superiores e inferiores) é, certamente, o antídoto a esse mal e, ao mesmo tempo, resgate da dignidade e do valor de leigos e leigas ainda a serem conquistados em muitos espaços no seio da Igreja.

A participação como fundamento do político: análise com base na *Gaudium et Spes*¹

Dra. Emilce Coda²

▲ Introdução

Na América Latina, o catolicismo deixou de lado, em parte, a mediação da filosofia, e tomou a mediação da cultura popular. A memória comunitária de mais de duzentas ditaduras militares em cem anos lhe deu as periferias organizadas comunitariamente com o saber sobre o que fazer para salvar a vida terrena e eterna. Não só surgiu na América Latina uma nova forma de participação política comunitária presencial ante o fracasso da representatividade liberal, como também surgiu ali a compreensão na carne da mudança proposta pelo Concílio Vaticano II.

O colonialismo na América Latina é mais que a chegada dos europeus ao novo mundo. É também a dependência econômica dos países centrais à queda submetida pela divisão internacional do trabalho que se consolidou nos finais do século 19. Colonialismo e neocolonialismo são as forças opostas a uma crença e vivência evangelizadora dos povos que creem que as pessoas são dignas por serem criaturas de Deus e, com base nessa crença, movem-se para a política. Mover-se significa organizar-se. Elas fogem dos líderes

A autora reflete sobre o conceito de político que a constituição pastoral *Gaudium et Spes* evoca e que, para o Papa Francisco, implica em participação, especialmente daqueles menos favorecidos

¹ Versão do original em espanhol de Luís Henrique Marques.

² A autora é secretária da Pontifícia Comissão para a América Latina, membro da Pontifícia Academia de Ciências Sociais e da Pontifícia Academia Pro Vita (Santa Sé).

iluminados que ameaçam dizer a eles o que fazer. Defendem a liberdade, não como liberalismo econômico, político e consumista – de pessoas e de coisas –, mas sim como liberdade de expressão comunitária. A comunidade aparece assim no espaço do público como unidade, quer dizer, como totalidade aberta, em trânsito, sem metafísica.

Em concordância com isso, já a renovação teológica refletida no Concílio Vaticano II – na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (GS), aprovada em 1965 –, tinha assinalado que o fim do Estado não consistia em garantir os direitos do indivíduo, mas sim em gerar as condições necessárias para a participação ativa na coisa pública. Em ambos os casos, tanto no pensamento político como no teológico, pode identificar-se a partir da metade do século 20, uma ruptura no modo de fundamentação da política, se se considera que a ideia de liberdade reflete desde então a “participação política”, deslocando, desse modo, a ideia de que o “Estado garante”, e concebendo a ordem política dinamicamente, segundo a condição de cada povo e o percurso de sua história.

Não pretendo fazer uma análise estritamente teológica da *Gaudium et Spes*, já que muito foi escrito e se escreverá sobre esse tema. Pelo contrário, com base no meu interesse pelo diálogo interdisciplinar entre a teologia e política, pretendo fazer uma prática conjunta com o leitor, consistente na leitura de um ponto do magistério conciliar – o capítulo IV da II parte da *Gaudium et Spes* – para refletir, por um momento, o que se entende ali por “político”. Sobre essa leitura sugiro fazê-la com base na consideração das categorias que hoje são utilizadas no debate contemporâneo entre os pensadores da teoria política. Elegi, nesta ocasião, a reflexão que, sobre o político, faz o chamado pensamento pós-fundacional, precisamente porque é essa corrente a que plantea uma leitura crítica sobre o fundamento transcendente do político, diferenciando-se das posições fundacionalistas e antifundacionalistas – as primeiras afirmando-o de maneira absoluta, e as segundas negando toda possibilidade de fundamentação do político. As categorias que escolho do pensamento pós-fundacional para ter em mente o momento de colocar em diálogo ambas disciplinas são: liberdade, comunidade, diferença e acontecimento.

Segundo a *Gaudium et Spes*, no mundo como teatro da história (GS, 2, 2-2), a consciência dos antagonismos sociais é frequentemente dissimulada, negada, postergada ou simplesmente ignorada, impedindo assim a consciência social (GS, 8.1). Essa afirmação conciliar abre para a teologia atual a possibilidade de participar no debate da teoria política sobre a “agonia” – enquanto categoria utilizada para referir-se ao político como espaço público da palavra livre em desacordo –, onde ela tenta uma articulação parcial entre posições protagônicas e antagônicas, tal como o expressam Laclau, Mouffe ou Rancière³, tendo

³ RANCIÈRE, Jacques. *El desacuerdo. Política & filosofía*. Buenos Aires: Nueva visión, 2007. RANCIÈRE, Jacques. *Los bordes de lo político*. Buenos Aires: La cebra, 2007. LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005. LACLAU, Ernesto. *Hegemonía y estrategia*. Buenos Aires: Paidós, 2004.

a liberdade como fundamento transcendente do político? O teatro da história, considerado pela *Gaudium et Spes* como um drama que se volta trágico à consequência do pecado que escraviza, encontra, com base na teologia, sua resolução em uma totalidade escatológica que só é possível em Cristo. Porém, com base na política pós-fundacional, encontra a sua resolução em uma parcialidade que só é possível pela articulação discursiva da diferença⁴. Para a *Gaudium et Spes*, esse fundamento transcendente parece estar na liberdade de cada homem, efetivada em condições de vida que lhe permitam tomar consciência dela; e debilitada quando esse cai em extrema necessidade (GS, 29; 31,2).

O Evangelho é a mensagem de uma comunidade que, desde as suas origens, anuncia a liberdade e rechaça a escravidão. Essa mensagem, introduzida no Ocidente pelo cristianismo e recuperada na modernidade pelo pensamento político do Iluminismo, requer hoje uma nova reflexão com base nos termos do debate contemporâneo da teoria política, já que, como diz o referido documento:

É próprio de todo o Povo de Deus, porém principalmente dos pastores e dos teólogos, auscultar, discernir e interpretar, com a ajuda do Espírito Santo, as múltiplas vozes do nosso tempo e valorizá-las à luz da palavra divina, a fim de que a Verdade revelada possa ser melhor percebida, melhor entendida e expressada de forma mais adequada (GS, 44,2).

▲ O fundamento do político na *Gaudium et Spes*

Segundo o capítulo IV da parte II da *Gaudium et Spes*, o avanço nos processos de conscientização sobre a dignidade humana foi o que fez necessária, por parte da Igreja Católica em seu momento, uma nova reflexão sobre a ordem política mais conveniente (GS, 73,2). Esse avanço foi produto de uma crescente consciência social da liberdade que surgiu nos séculos 19 e 20. A liberdade, desde sempre, foi para o cristianismo a característica distinta do humano – e cada um dos humanos em particular –, por serem criados todos à imagem e semelhança de um Deus pessoal. Essa liberdade, que é imagem de Deus no homem, manifesta-se na palavra pública, quer dizer, na liberdade de expressão de “cada” homem, “com” outros homens, “entre” os homens, na vida da “comunidade política”. De que modo, é possível pensar, com base nas novas categorias do atual debate teórico sobre o político, e de acordo com o Concílio Vaticano II, que a liberdade seja o fundamento último do político também para o catolicismo?

Até o Concílio Vaticano II, a categoria de “fim último do Estado” referia-se a garantir os direitos humanos, e o fundamento do Estado estava posto na lei evangélica como princípio transcendente, assunto que desenvolveremos mais

⁴ LACLAU, Ernesto. *Hegemonía y estrategia*. Op. cit., p. 149ss.

adiante. A partir da *Gaudim et Spes*, a finalidade do Estado já não está em ser garantia dos direitos da pessoa, mas sim em gerar as condições necessárias para a participação ativa na coisa pública (GS, 73,2), e é essa mesma participação da comunidade política que garante os direitos da pessoa. Essa última, a meu ver, significa uma ruptura no mundo de fundamentação do político por parte do magistério pontifício e conciliar. Como vem na frente a categoria de “participação política” – quer dizer, a palavra pública –, e dá um passo para trás a do “Estado autorizador e garantidor”. Isso, sem dúvida, é o resultado do reconhecimento da liberdade de consciência de cada homem em sentido singular, como fundamento do político.

Agora, a participação política, que não se refere a outra coisa, segundo considero, do que à liberdade de expressão efetivada na palavra pública “entre” a comunidade, tem a sua gênese – em termos conciliares – no desenvolvimento cultural, econômico e social que cria as condições para a consciência para que essa liberdade aconteça na sociedade e transforme-se em comunidade política. Dito de outro modo, o mesmo desenvolvimento que gera o processo de industrialização, gera o aumento da conscientização social, pela qual a palavra pública já não pode ser privilégio de sistemas representativos corruptos (GS, 73,3). Desse modo, o magistério conciliar não só reprova toda forma política que impeça a liberdade entendida como participação no público – ou que a criminalize quando apareça sob a forma de protesto social, desviando, dessa maneira, o fim do exercício da autoridade pública – mas que também dá origem ao debate sobre o desenvolvimento dos povos como condição da liberdade e, portanto, da comunidade política.

Contudo, para entender o significado da categoria de “comunidade política” no magistério conciliar, é necessário diferenciá-la de outra categoria ali utilizada, a de “comunidade civil”. A sociedade – ou comunidade civil, em termos conciliares –, refere-se à mera agregação de indivíduos mediante a resignação de sua liberdade não para a busca do bem comum, mas sim para satisfação de necessidades e desejos particulares. Pelo contrário, na cidade/*polis/civitas* – ou comunidade política, também em termos conciliares – cada homem tem como fim o bem comum⁵. A categoria de “bem comum”, para o magistério pontifício pós-conciliar, não será a garantia dos direitos humanos, mas sim algo um pouco mais complexo, como são as “condições de vida social” para conseguir a liberdade própria da dignidade humana.

Por último, é necessário distinguir entre outras duas categorias que aparecem na *Gaudium et Spes* e que permitem entender ali o político: a da “autoridade pública” e a da “autoridade política”. A primeira refere-se àqueles cidadãos que, como parte da comunidade política, assumem a autoridade para tomar

⁵ Cf. ARENDT, Hannah. *La condición humana*. Buenos Aires: Paidós. 2009, capítulos 1 e 2.

decisões como representantes dos demais e governar. A categoria “autoridade política” refere-se à autoridade exercida pela comunidade política mediante instituições representativas (GS, 74,1). Por sua vez, o exercício da autoridade – tanto política quanto pública – sempre foi legítimo para o magistério desde que opere dentro dos limites da ordem moral. Só que, agora, essa ordem moral aparece concebida dinamicamente (GS, 47,3), quer dizer, como uma lei positiva promulgada segundo a condição de cada povo e o percurso da sua história (GS, 74,4).

Embora o Concílio Vaticano II não se manifeste sobre a forma de governo que a autoridade política deve assumir, como já o estabelecera o papa Leão XIII com o princípio de diferença – algo que explicaremos mais a frente – sugere uma modalidade em que a divisão de funções e a cooperação cidadã responsável mantenham a ordem social, garantam os direitos pessoais e promovam as associações (GS, 75,2). No entanto, encoraja à frequente intervenção dos poderes públicos em matéria social, econômica e cultural para criar as “condições sociais ao bem completo do homem” (GS, 75,5), ainda que condenando os totalitarismos.

A categoria de “diferença”, que para uma parte da teoria política contemporânea é essencial ao político, na *Gaudium et Spes* aparece claramente ao dizer que a responsabilidade pelo bem comum se desloca do Estado a uma comunidade política plural, que combina autoridade e liberdade, e iniciativa pessoal e corpo social. Dito de outro modo, a comunidade política terá a vantagem da unidade combinada com a proveitosa diversidade (GS, 75,6). Com isso, o magistério reconhece a diferença política manifestada na pluralidade de opiniões, respeitando-as nos cidadãos e nos partidos políticos, sempre e quando seja uma diferença constituída do político ao promover o bem comum. A categoria de “diferença” aplica-se também à relação entre a comunidade política e a Igreja, separando a ação particular dos cristãos daquela que realizam em nome da Igreja, sem confundir ambas as esferas – independentes e autônomas –, já que para o documento, o homem como sujeito da história, mantém sua vocação transcendente e, ao mesmo tempo, colabora na instituição de estruturas justas, pregando a verdade por um lado e promovendo a liberdade e a responsabilidade política por outro (GS, 3,3).

▲ O pensamento pontifício pós-conciliar do político

Posteriormente ao Concílio Vaticano II, na mensagem de rádio do Natal de 1964, são Paulo VI retoma a categoria de comunidade política desenvolvida na *Gaudium et Spes*, agora no quadro de outra categoria introduzida por são João XXIII, a da “convivência”, onde a democracia aparece como o modo viável de convivência nacional e internacional (2.a). Na carta encíclica *Populorum*

progressio, de 1967, Paulo VI se referirá à liberdade como participação responsável da comunidade política ante a voz dos povos famintos que grita aos que abundam em riqueza (PP, 3.a), liberdade que só será possível na independência econômica.

Na carta apostólica *Octagesima Adveniens*, de 1971, Paulo VI introduz a categoria de “consciência moral” na fundamentação do político (OA, 41), porém agora, entendida como participação política responsável do bem comum e como compromisso inevitável dos cristãos ante o perigo de uma democracia meramente formal ou tecnocrata, de uma igualdade falaciosa ou de desconhecimento ou escárnio dos direitos humanos (OA, 23; 47). Paulo VI não estabelece como função da Igreja a ratificação das formas de governo, nem a determinação de princípios morais, mas sim o julgamento reflexivo – dito por mim em termos de Arendt –, praticado “entre” a comunidade política, com a intenção de aumentar o nível cultural dos povos para desenvolver o sentido de liberdade, de cujo exercício torna-se responsabilidade que não se limitará à denúncia, mas também a ação efetiva, superando inclusive as fronteiras nacionais (OA, 46-48). Delega aos partidos políticos a responsabilidade de desenvolver na comunidade política as convicções últimas sobre a natureza, a origem e o fim do homem e da sociedade (OA, 25); inclusive de maneira pluralista, sustentando que uma mesma fé cristã pode conduzir a compromissos diferentes (OA, 50).

O contexto político do pontificado de São João Paulo II, à diferença do otimismo da liberdade que empregava o seu antecessor, caracterizou-se por uma ameaça à efetividade da comunidade política, ocasionada pela crise de representatividade que seguiu-se aos sistemas democráticos liberais da década de 1980. A carta encíclica *Sollicitudo Rei Socialis*, de 1987, introduz a categoria de “subjetividade social” como fundamento do político, isto é, uma liberdade de consciência que tenha seu fundamento último no princípio transcendente à liberdade pessoal e das massas. Segundo João Paulo II, quando a deterioração da política e da economia torna-se miséria cultural, produz-se uma crise de representatividade que impede a construção de uma comunidade política (SRS 15). Assim como a comunidade política desaparece nos momentos de crise orgânica, também emerge – segundo sustenta em 1991 na encíclica *Centesimus Annus* – da construção de uma subjetividade social com base nas estruturas de participação, de acordo com critérios de justiça e moralidade, que encontrará outra vez seu fundamento transcendente em uma moral objetiva, acima dos interesses particulares e das maiorias (CA, 46-47). Para João Paulo II, a democracia – enquanto comunidade política organizada – não possui um caráter absoluto *per se*, mas sim que sua legitimidade depende de sua relação com o cumprimento dos “valores morais objetivos” sobre os quais os cidadãos, como verdadeiros soberanos, a fundamentam: “a democracia não pode mitificar-se, convertendo-a em um substitutivo da moralidade ou em uma panaceia da imoralidade [...] é um instrumento e não um fim” (*Evangelium Vitae*, 68.a e 70).

A ideia de que as democracias não são boas *per se*, mas sim que o serão na medida em que se respeitem os direitos humanos, aparece novamente na *Ecclesia in America* (19.a).

Sem conhecer as contribuições do papa Bento XVI ao tema da nossa reflexão (para o qual remeto-me ao seu conhecido diálogo com Jürgen Habermas e à sua encíclica social *Caritas in veritate*), considero importante assinalar que, dentro do magistério social do papa Francisco, é de especial relevância o exemplo da preposição “com”. Para o Santo Padre dizer “com” os pobres é o modo evangélico de dizer “participação”. É aí que acontece a melhor política (Cf. *Fratelli tutti*, capítulo 5). Porém, isso não só no magistério de Francisco, mas também em todo o pensamento teológico e social da Igreja. A humanidade participa do divino por graça da encarnação da segunda pessoa da Trindade, quer dizer, o Filho.

Alguns, com relação à inclusão dos marginalizados, preferem usar o vocábulo democracia, ao qual já me referi. No entanto, esse não é um vocábulo evangélico se não está associado ao significado universal de participação. A mera representação não implica que se tomem decisões “com” os representados. Convido a ver quantas vezes Francisco usa nos documentos mais consultados de seu magistério social a palavra democracia e quantas a palavra participar: o termo “democracia” não aparece na *Evangelii Gaudium*, tão pouco na *Laudato si’* nem em *Querida Amazonia*. Somente o encontramos na *Fratelli tutti*, com cinco alusões. Em vez, a palavra “participar” aparece vinte vezes na *Evangelii Gaudium*, sete vezes na *Laudato si’*, seis vezes em *Querida Amazonia* e treze vezes na *Fratelli tutti*.

À luz disso, considero que o papa Francisco deu muitas chaves para chegar à unidade na diferença em cada povo latino-americano, porém todas elas fazem sentido se se presta especial atenção a esse “com”, que alude à participação em sentido evangélico. Optar “com” os pobres não significa ser pobre nem que todos sejam pobres. Pelo contrário, é dar-lhes um lugar na mesa das decisões sobre o comum também aos pobres, não porque são pobres, mas sim porque são filhos de Deus. Participação não significa simplesmente “escuta”, significa “decisão”. Optar “com” os pobres é reconhecer a dignidade em cada ser humano, e essa dignidade se faz presente não só quando esse fala ou se expressa, mas sim também e, sobretudo, quando decide sobre o comum.

Em dez anos de pontificado, o Santo Padre, à margem dos problemas conjunturais da América Latina, confirmou com fatos concretos sua opção “com” os pobres. Se ampliamos a categoria de pobre do econômico ao social, optar “com” os pobres deve ser lido também como optar “com” a mulher, “com” o imigrante, “com” as crianças, “com” os idosos, “com” os povos originários, “com” o encarcerado, “com” o traído, “com” os marginalizados, “com” os últimos da lista, porque eles serão os primeiros, nos diz o Evangelho.

▲ Conclusão

O magistério pontifício, com base na *Gaudium et Spes*, faz diferença entre sociedade civil e comunidade política; não será mais a autoridade pública a encarregada de assegurar o bem comum, mas sim a comunidade política. O Estado, com base nisso, terá como fim criar as condições para que emergja a comunidade política que, mediante a sua participação universal responsável, garanta o exercício de seus direitos e deveres.

Desde Leão XIII em *Immortale Dei*, o magistério partiu da dimensão social da pessoa humana para justificar a autoridade legítima da comunidade política, não estando o poder público vinculado a nenhuma forma de governo (ID, 2), já que a autoridade segue a vontade do povo e esse é quem elege a autoridade da comunidade política (ID, 10). No entanto, esse fundamento imanente na liberdade de convivência encontra seu fundamento transcendente em Deus, que é quem cria o homem como pessoa soberana, tal como expressa Pio XII em *Benignitas et humanitas* (BH, 20,21).

Paulo VI, em *Octogesima Adveniens*, em relação ao político, dirá que: “serve para criar eficazmente e em proveito de todas as condições requeridas para conseguir o bem autêntico e completo do homem, incluído seu destino espiritual”. E acrescenta: “Não tira, pois, dos indivíduos e aos corpos intermediários o campo de atividades e responsabilidades próprias deles, os quais lhes induzem a cooperar na realização do bem comum”. Culmina dizendo: “Com efeito, o objeto de toda intervenção em matéria social é ajudar aos membros do corpo social e não destruí-los ou absorvê-los” (OA, 46.b).

Violência: diálogo com o Vaticano II e os 60 anos da *Pacem in Terris*

Este artigo celebra o 60º aniversário da encíclica *Pacem in Terris*¹, escrita pelo papa são João XXIII em 1963. A encíclica estabelece critérios para evitar a guerra em todas as circunstâncias, com base na mensagem de Jesus que deixou a paz como um tesouro para a humanidade. O artigo é dividido em três partes: a primeira é sobre a vida do Papa e o contexto histórico em que a encíclica foi escrita; a segunda analisa os pontos importantes do documento em si; e a terceira identifica a sua relevância atual e seus desdobramentos, como o Estado do Vaticano se tornar um observador permanente na Organização das Nações Unidas (ONU)

Lafayette Pozzoli²

A paz de todos os povos está na base da verdade, da justiça, da caridade e da liberdade.

▲ Vida do papa são João XXIII e o contexto histórico

O papa são João XXIII foi eleito em 1958 e faleceu em 1963, dois meses após promulgar a encíclica *Pacem in Terris*. O Papa tinha como lema: “obediência e paz” e

¹ O texto integral está disponível em: https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem.html. Acesso em: 20 abr. 2023.

² Doutor em Filosofia do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Possui pós-doutorado pela Universidade La Sapienza, Roma. É líder do Grupo de Pesquisa Direitos Fundamentais à Luz da Doutrina Social – PUC-SP (GEDs) e membro do Núcleo de Estudos de Doutrina Social da Faculdade de Direito da PUC-SP (NEDs), onde é professor e foi chefe de gabinete da reitoria. Foi pró-reitor de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, coordenador do curso de Direito e do Mestrado em Direito e professor no Centro Universitário Eurípides de Marília (Univem). É membro-fundador da União dos Juristas Católicos da Arquidiocese de São Paulo (UJUCASP).

era conhecido por sua busca pela paz e pela preparação da Igreja Católica para os novos tempos, após a Segunda Guerra Mundial. Ele convocou o Concílio Vaticano II, que teve uma natureza diferente dos concílios anteriores, buscando o diálogo inter-religioso e a adaptação da Igreja à realidade social. A encíclica *Pacem in Terris* foi influenciada pela crise dos mísseis em Cuba³, pelos eventos do mundo na época e destaca a importância da paz e da busca pelo que une, em vez do que divide. O João XXIII foi canonizado em 2014 e é celebrado pela Igreja Católica no dia 11 de outubro, em referência ao dia em que se iniciou o Concílio Vaticano II (leia artigo na seção Testemunhos).

▲ **Promulgação da Encíclica *Pacem in Terris* – análise do texto da encíclica**

A encíclica *Pacem in Terris*, promulgada em 11 de abril de 1963 pelo papa são João XXIII, é um documento que tem como base a busca pela paz entre os povos. Ela é dividida em cinco partes⁴, que abordam desde os direitos e deveres individuais até as relações entre países e a comunidade global. Um ponto fundamental da encíclica é que tudo o que foi construído pelo ser humano é um dom de Deus, e que as pessoas têm tanto direitos quanto deveres para estimular a política e a relação das pessoas com o próprio Estado. A encíclica não é apenas para os fiéis católicos, mas é dirigida a todas as pessoas de boa vontade, incluindo aqueles que não têm fé. O documento enfatiza a importância do respeito mútuo e da dignidade humana, bem como traz análises da realidade social, chamados “sinais dos tempos”.

Vale ressaltar que a encíclica teve três exemplares iniciais, um escrito em inglês encaminhado ao presidente dos Estados Unidos da América (EUA); outro escrito em russo e encaminhado ao primeiro-ministro da então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS); por fim, um terceiro exemplar, escrito em francês, língua da diplomacia da época, foi enviado para o secretário geral da ONU, documento que se tornou patrimônio cultural da organização.

³ Algumas informações sobre a crise dos mísseis estão disponíveis em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/crise-dos-misseis.htm>. Acesso em: 20 abr. 2023.

⁴ Primeira parte: sobre os direitos e deveres individuais. Vale uma nota: pela primeira vez, uma encíclica começa falando do particular, faz um raciocínio indutivo. Normalmente, as encíclicas partiam do geral para o particular, fazendo um raciocínio dedutivo. Segunda parte: a relação entre as pessoas e poderes públicos. Terceira parte: respeito às comunidades políticas. Quarta parte: das relações dos países e a comunidade global. Aqui também uma nota: pela primeira vez, um documento da Igreja faz menção à ONU, fundada em 1945 e a encíclica, vale ressaltar, é de 1963. No mesmo sentido faz menção à Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada pela ONU em 1948. Quinta parte: diretrizes estabelecidas, com encaminhamentos bem claros.

▲ Sinais dos tempos = coisas boas

Uma das novidades que trouxe a encíclica foi, no final das primeiras quatro partes, o que foi chamado de sinal dos tempos, uma análise que faz uma relação imediata com a realidade social. Logo, não se trata de uma encíclica que diz respeito às ideias tão somente, mas parte da realidade social, das experiências, dos fatos.

No final da primeira parte, o texto diz o seguinte: “Três fenômenos caracterizam a nossa época”: primeiro, os trabalhadores não aceitam mais serem tratados como meros objetos, exigem dignidade; segundo, celebra o ingresso das mulheres na vida pública; terceiro, a questão de que não existirão povos dominados e povos dominadores. Ou seja, com a independência de muitas repúblicas, a ideia era que não houvesse mais um dominador e um dominado, mas que cada povo pudesse ter a sua independência efetiva.

A segunda parte diz respeito à relação das pessoas com os poderes públicos, no que se refere ao relacionamento com as autoridades públicas.

No final da terceira parte, consta o que o documento chama sinais dos tempos. O número 125 da encíclica enfatiza muito a importância das negociações em todas as áreas, mas especialmente entre os países. No número 126, aprofundando essa dimensão das negociações, o texto afirma: “não é mais possível pensar que, nesta nossa era atômica, a guerra seja um meio apto para ressarcir direitos violados.”

Na quarta parte, a encíclica introduz a relação dos países nas comunidades internacionais. O Papa diz que antes, as convenções, os tratados ajudavam muito, mas que não era isso o que estava acontecendo naquele período dos anos 1960. Ele pergunta: por que isso está acontecendo? Por que os Estados desobedecem as convenções, os tratados? Como resposta apresenta a tese de uma carência de autoridade. Então, na sequência, enfatiza a importância do uso e da prática do princípio da subsidiariedade, que supõe que o cidadão tome a iniciativa da ação, e o Estado seja apenas subsidiário.

Os sinais dos tempos, nesta quarta parte, são essencialmente um elogio à ONU. Pela primeira vez, um documento da Igreja acolhe aquele organismo, criado em 1945, e, em especial, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, elaborada pelas Nações Unidas.

▲ Diretrizes pastorais

A parte final da *Pacem in Terris* ficou reservada para algumas diretrizes básicas de encaminhamento como consignado no seu número 145: “Dever de participação na vida pública. [...] exortamos nossos filhos ao dever de participarem ativamente na vida pública [...]” No mesmo sentido afirma no número 166: “Mas a paz permanece palavra vazia de sentido, se não se funda na ordem que, com confiante esperança, esboçamos nesta nossa carta encíclica: ordem

fundada na verdade, construída segundo a justiça, alimentada e consumada na caridade, realizada sob os auspícios da liberdade.” E conclui, no número 170, dizendo o seguinte: “Inflame Cristo a vontade de todos os seres humanos para abaterem barreiras [...]” Aqui é importante observar que esse é um conceito retomado pelo papa Francisco também na viagem que fez no ano passado à ilha de Malta.

▲ Atualidade da encíclica *Pacem in Terris*

A *Pacem in Terris* é um documento que parece que foi escrito na atualidade se consideramos, por exemplo, o que está no seu preâmbulo⁵: “A paz de todos os povos na base da verdade, justiça, caridade e liberdade.” Para melhor enfatizar esse argumento, é necessário estabelecer uma relação entre a encíclica de são João XXIII e a encíclica do papa Francisco, a *Fratelli tutti*, sendo possível deduzir que, no que se refere ao tema da paz, uma das inspirações do papa Francisco veio da *Pacem in Terris*. O que se quer com a *Fratelli tutti*? Cuidar bem da nossa casa, da casa comum. Ou seja, que o mundo dos dias de hoje tenha paz também. Algo que vale a pena enfatizar é que a *Fratelli tutti* chama muito a atenção para atitude de respeito, que é algo muito presente dentro da encíclica *Pacem in Terris*.

Nesse sentido, é importante salientar que neste século 21, a Declaração Universal dos Direitos Humanos tem sido continuamente evocada, em razão da contínua defesa dos direitos humanos em diferentes âmbitos da vida em sociedade. Aqui me permito recomendar a leitura de obras que tragam as reflexões do pensador católico francês Jacques Maritain a respeito desse tema, ele próprio um daqueles que ajudou a elaborar a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Na primeira reunião da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), recém-fundada em 1946, essa foi encarregada de fazer um documento na área dos direitos humanos, o que não aconteceu pela falta de acordo.

Para a segunda reunião, realizada em 1947 no México, o então embaixador da França no Vaticano, Maritain, foi convidado pela Unesco para fazer o discurso inaugural. Essencialmente, ele disse: “Temos aqui que pensar em um documento em que a dignidade humana permeie todo o texto”. E assim, se deu o acordo. No ano seguinte, a Declaração foi promulgada pela ONU. Vale lembrar que Maritain escreveu um livro com o título *Os Direitos do Homem e a Lei Natural*, em 1943. No Brasil, por determinação dos constituintes, a Decla-

⁵ “Carta Encíclica *Pacem in Terris* do Sumo Pontífice Papa João XXIII aos veneráveis irmãos patriarcas, primazes, arcebispos, bispos e outros ordinários do lugar em paz e comunhão com a Sé Apostólica ao clero e fiéis de todo o orbe, bem como a todas as pessoas de boa vontade a paz de todos os povos na base da verdade, justiça, caridade e liberdade”.

ração foi integrada à Constituição de 1988. A presença desse documento criou uma cultura dos direitos humanos e, com isso, mudou o processo de interpretação, uma nova forma de ver, analisar e interpretar o direito.

▲ Agenda 2030 da ONU

Para finalizar, é preciso relacionar a encíclica *Pacem in Terris* com as agendas da ONU, como a agenda 2030⁶ que inclui 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas. Essa agenda apresenta muitos sonhos, assim como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, alguns dos quais parecem já estar sendo realizados, como ficou demonstrado no caso do Acordo de Paris sobre o Clima⁷. A próxima agenda, a 2045, deve ser pautada pelo respeito e pela fraternidade. É bom lembrar que o papa Francisco, em 2019, firmou o documento sobre a fraternidade humana⁸. É importante criar uma cultura de paz e desarmamento, conforme defendido por São João XXIII e o papa Francisco.

▲ Conclusão

Para concluir este artigo é salutar lembrar as palavras do papa Francisco na comemoração dos 60 anos da encíclica *Pacem in Terris*⁹:

Viver, falar e agir sem violência não é render-se, não é perder nem renunciar a nada. É aspirar a tudo. Como afirmou São João XXIII há 60 anos na encíclica *Pacem in Terris*, a guerra é uma loucura, está para além da razão. Qualquer guerra, qualquer confronto armado, acaba sempre numa derrota para todos. Desenvolvamos uma cultura da paz. Recordemos que mesmo nos casos de legítima defesa, a paz é o objetivo. E que uma paz duradoura só pode ser uma paz sem armas. Falamos da não violência, tanto na vida cotidiana como nas relações internacionais, um guia para o nosso agir. E rezemos por uma maior difusão da cultura da não violência, que implica a diminuição do uso de armas, tanto por parte dos Estados como dos cidadãos.

⁶ Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>. Acesso em: 20 abr. 2023.

⁷ Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/88191-acordo-de-paris-sobre-o-clima>. Acesso em: 20 abr. 2023.

⁸ Documento sobre a fraternidade humana em prol da paz mundial e da convivência comum. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/travels/2019/outside/documents/papa-francesco_20190204_documento-fratellanza-umana.html. Acesso em: 20 abr. 2023.

⁹ Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2023-03/papa-francisco-intencao-oracao-abril-2023-cultura-nao-violencia.html>. Acesso em: 20 abr. 2023.

Todos têm um dom para o discernimento¹

Callan Slipper²

O apelo do papa Francisco por uma Igreja sinodal é, ao mesmo tempo, surpreendente e familiar aos ouvidos anglicanos. Isso nega a suposição de que a Igreja Católica Romana seja toda centrada na hierarquia e na autoridade primacial. É como se um sopro do espírito novo atravessasse a Igreja: o desejo que o Reino de Deus transforme o mundo e que a Igreja esteja à altura dessa missão à qual é chamada.

A conversão pessoal e pastoral exigida por um semelhante “espírito de estilo sinodal” solicitado pelo papa Francisco é – como detecta Brendan Leahy – profunda. E é uma sempre grande e nova conquista também para os anglicanos, não obstante possuam uma rica experiência como “Igreja sinodal”. É evidente que a constante humildade e abertura ao diálogo, necessárias para reconhecer os vários dons, graças e carismas presentes nos outros membros do Corpo de Cristo, representam um verdadeiro desafio. Se é verdade que o bispo pode ter de modo preeminente um dom para o discernimento, trata-se de levar em conta de que todos participam desse dom – ainda que cada um no seu modo particular. Todos têm, portanto, uma palavra a oferecer quando a comunidade opera um ato de discernimento.

Prestar atenção à sinodalidade é oportuno e atual também para a publicação do relatório *Walking Together on the Way* (Percorrer o Caminho Juntos), em 2018, de autoria da III Comissão Internacional anglicano-católica

¹ Artigo publicado originalmente na edição italiana da revista *Ekklesia*, n. 4 (2019/3). Versão em português de Luís Henrique Marques.

² O autor é sacerdote e teólogo anglicano. Desde 2017, é delegado ecumênico nacional da Igreja Anglicana. É membro do quadro editorial da revista de diálogo e cultura *Claritas* e faz parte do Centro Interdisciplinar de Estudos Escola Abbá.

romana (ARCIC III). Como sugere o título, tema central do documento é de fato a sinodalidade. Aquela mesma conversão, necessária para atuar a sinodalidade no seio da Igreja, aqui se transforma em metodologia também para os relacionamentos entre as igrejas. Trata-se de uma conversão que torna cada Igreja pronta a aprender com a outra e, portanto, capazes de caminhar juntas para chegar a Cristo, a meta e aquele que nos faz uma só coisa. O processo inicia, porém, se na base houve uma profundíssima humildade. Na seção 17, de fato, lemos que “ARCIC III acredita que os tempos são maduros para levar adiante o empenho ecumênico como uma tarefa que inclui uma explícita autocrítica eclesial. Não basta reconhecer no outro algum dom ou alguma graça. Devemos ir à descoberta de que Deus deu aos nossos parceiros e que quer ser, como disse o papa Francisco, ‘um dom também para nós’ (EG, 246). Isso é particularmente verdadeiro quando tais ‘tesouros a compartilhar’ enfrentam dificuldades na própria tradição”. Entre os pontos indicados pela ARCIC III nos quais as igrejas podem aprender uma com a outra, há vários que se referem à sinodalidade. É revelado, por exemplo, que os anglicanos incluem sempre os leigos nos processos decisórios, assim como se reconhece a capacidade deles de abrirem debates – ambos aspectos necessários para um governo sinodal. Por outro lado, o documento concentra-se sobre estruturas católicas romanas que reforçam a unidade, uma dimensão também importante para a unidade.

Atualmente, na Igreja da Inglaterra, está em curso um processo chamado “Liberar o Povo de Deus”, que almeja uma mudança cultural. Como no caso do apelo do papa Francisco, também ali a principal fonte inspiradora é a missão. Essa nova cultura eclesial também favorece a sinodalidade. Em particular, aponta para duas mudanças: “encorajar e preparar os leigos a seguir Jesus com confiança, em cada âmbito da vida” e “colocar em prática o dom complementar [...] entre os leigos e os seguidores [de Jesus] ordenados³”. Essa cultura missionária comporta o reconhecimento de que Igreja não é somente o clero, mas todo o Povo de Deus e que os leigos estão na vanguarda das transformações do mundo. Tal reconhecimento do lugar dos leigos está enraizado no próprio dom do Espírito Santo a todo o Povo de Deus. No seu *Ensaio sobre a consulta aos fiéis em matéria de doutrina*, John Henry Newman, que viveu a primeira metade da sua vida como anglicano e que em breve será canonizado, mostrou como os leigos, em virtude do *sensus fidelium*, em algumas ocasiões, até salvaram a Igreja da heresia. O *sensus fidelium* é, portanto, um tesouro que deveria ser bem aproveitado nos processos decisórios da Igreja. É essa, além disso, uma das bases teológicas da típica governança anglicana: o bispo-em-sínodo. São três os elementos essenciais: o episcopado (porque os bispos têm um específico carisma pessoal para governar a Igreja), o clero (os colaboradores do bispo no cuidado pastoral) e os leigos (que exercitam o *sensus fidelium* e o dom de uma experiência tanto da Igreja como do mundo que falta aos ordenados).

³ GS, 2145,1 – Um documento apresentado no *Sínodo Geral da Igreja da Inglaterra*, julho de 2019.

Notas

▲ ed-Orinoco: águas que atravessam fronteiras

Foi lançada no último dia 22 de março, Dia Mundial da Água, a websérie “Orinoco: águas que atravessam fronteiras”, uma iniciativa da Cáritas Brasileira. A série de seis episódios publicados no canal oficial da Cáritas Brasil no YouTube traz histórias de pessoas migrantes e refugiadas da Venezuela e de brasileiros em situação de rua atendidas pela entidade no Acre, Pará, Piauí, Rondônia e Roraima. Entre os episódios, um é especial e mostra a articulação da Rede Cáritas por meio das instâncias institucionais e parcerias. O Orinoco é um projeto da Cáritas Brasileira, desenvolvido desde 2019, voltado ao acesso à água, saneamento e higiene, todas ações ligadas à prevenção contra a Covid-19. A partir de 2021, as ações de proteção passaram a integrar o propósito do projeto. Apoio à regularização migratória; enfrentamento da violência baseada em gênero e de outra natureza; promoção da garantia de direitos, como saúde e educação, formam o rol dessas ações de proteção. Já em sua terceira fase, o projeto recebe apoio do Escritório de População, Refugiados e Migração do governo dos Estados Unidos.

▲ Tema do 109º Dia do Migrante e Refugiado

“Livres de escolher se migrar ou permanecer” é o tema do 109º Dia do Migrante e Refugiado, divulgado no início deste semestre pelo Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral do Vaticano. A data é celebrada em 24 de setembro. Segundo o órgão do Vaticano, a escolha do tema foi feita pelo próprio papa Francisco que teve como intuito promover uma renovada reflexão sobre um direito ainda não codificado em nível internacional: o direito a não ter que emigrar ou, por outras palavras, o direito a poder permanecer na própria terra. Para favorecer uma adequada preparação para a celebração do Dia do Migrante e Refugiado deste ano, o Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano lançará também uma campanha destinada a promover uma compreensão profunda do tema da mensagem por meio de subsídios multimídia, material informativo e reflexões teológicas.

▲ 40 anos do documento *Catequese Renovada*

Para celebrar os 40 anos do documento *Catequese Renovada*, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), será realizado um encontro no Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida, entre os dias 1º e 3 de setembro deste ano, quando deverão ser aprofundados temas como Bíblia, catequese e

mistagogia. Os organizadores do encontro esperam reunir catequistas de todo o país. “Viver a vida catequética em uma comunidade eclesial para tornar-se mais e mais Jesus; encontrar-se com ele; ter o coração pulsando com o coração de Cristo e, assim, podermos desenvolver a mesma missão que ele realizava. A Igreja conta com a sua oração e com a sua presença”, exorta dom Paulo Jackson, bispo diocesano de Garanhuns (PE) e membro da Comissão para a Animação Bíblico-Catequética da CNBB em convite feito em vídeo, publicado pela página oficial da conferência episcopal. As inscrições para esse encontro estão abertas e podem ser feitas pelo *site* <https://www.cnbb.org.br/catequese-renovada/>.

▲ Pastoral da Moradia e Favela

A Comissão Episcopal para a Ação Sociotransformadora da CNBB está empenhada na articulação de uma Pastoral Nacional da Moradia e Favela. Para tanto, ela lançou um material com orientações para a criação, organização e fortalecimento dessa nova Pastoral a qual visa ser presença fraterna nas favelas, periferias e ocupações urbanas; fortalecer o compromisso comunitário e social; compartilhar a força sociotransformadora da espiritualidade libertadora; articular, organizar e capacitar lideranças pastorais; promover a organização popular, sobretudo, para o acesso às moradias; propor e monitorar políticas públicas na área de habitação. Atualmente, 70 milhões de brasileiros carecem de moradia digna. Além disso, o país conta com 13.500 favelas, o dobro do registrado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) há 10 anos, espaços onde vivem cerca de 18 milhões de pessoas. Soma-se a esses números a estimativa de que meio milhão de pessoas estão ameaçadas de despejo, segundo a Campanha Despejo Zero.

▲ Comissão de Tutela de Menores

A Pontifícia Comissão para a Tutela de Menores (PCTM), da Santa Sé, grupo de especialistas responsável por temas de prevenção de violências no ambiente eclesial, selecionou a brasileira Eliane Freire Rodrigues de Souza De Carli como sua colaboradora na América Latina. De Carli é a atual coordenadora do Projeto Núcleo Lux Mundi, no Brasil, uma iniciativa conjunta da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) e CNBB, cujo objetivo é a implementação de serviços de proteção a crianças, adolescentes e pessoas vulneráveis, acolhimento de vítimas de violência e abuso e fomentar a cultura do cuidado, da proteção, da prevenção e da transparência no âmbito eclesial brasileiro. Eliane De Carli atuará com o grupo regional da PCTM para a América Latina, que tem como propósito ajudar na criação e atualização das políticas de proteção da criança, do adolescente e pessoas vulneráveis para a Igreja.

Protagonistas centrais do Vaticano II

Raul Ribas¹

▲ São João XXIII

João XXIII ou são João XXIII, nascido Angelo Giuseppe Roncalli em 25 de novembro de 1881, é natural de Sotto il Monte, Província de Bérgamo, Itália. Passou a infância na cidade natal, crescendo em uma família rural de origens humildes. Em 1892, entrou no seminário de Bérgamo. Em 1895, começou a escrever as “notas espirituais” que depois fariam parte do *Giornale dell'anima*.

Em 1900, foi enviado a Roma, onde se formou em Teologia; em 1904, recebeu a ordenação sacerdotal. No ano seguinte, foi chamado pelo bispo Radini Tedeschi a voltar para Bérgamo, tornando-se o seu secretário, tendo permanecido ao seu lado até 1914, quando desenvolveu a sua vivacidade pastoral e o seu espírito reformador. Foi professor do seminário de Bérgamo e, durante a Primeira Guerra Mundial, capelão do exército italiano. Após a guerra, tornou-se diretor espiritual no seminário maior e, de 1921 a 1925, foi presidente italiano do “Conselho das Obras Pontifícias para a Propagação da Fé”.

A 3 de março de 1925, Pio XI nomeou-o visitador apostólico na Bulgária. Recebeu a ordenação episcopal a 19 de março sucessivo, escolhendo como lema *Oboedientia et pax* (Obediência e paz).

Durante a sua estadia na Bulgária, Roncalli cuidou e visitou a pequena comunidade católica existente,

Nesta edição dedicada à reflexão de desafios do Terceiro Milênio, feita à luz dos fundamentos do último concílio ecumênico, apresentamos o perfil dos dois pontífices que lideraram a comunidade eclesial nesse momento único da história da Igreja. São testemunhos de uma vida consagrada à causa do Evangelho e de heroico amor à Igreja de Cristo

¹ O autor é pós-graduado em Teologia pela Universidade Católica Dom Bosco, de Campo Grande (MS), membro do Movimento dos Focolares e um entusiasta pesquisador e divulgador da vida dos santos.

constituída aproximadamente de 62 mil búlgaros latinos e da Igreja Greco-Católica Búlgara. Ali desenvolveu também relações cordiais com as demais comunidades cristãs búlgaras, especialmente com Igreja Ortodoxa Búlgara, revelando-se, desde cedo, o seu espírito tolerante e ecuménico. Para além disso, ele destacou-se também nos seus inúmeros gestos humanitários reveladores de grande caridade e boa vontade, salientando-se três casos especiais:

- Depois de chegar à Bulgária, foi logo visitar os feridos internados em um hospital católico que tratava gratuitamente todas as pessoas, independentemente da sua religião. Esses feridos foram vítimas de um atentado falho contra o rei Bóris III em uma catedral ortodoxa de Sófia. O rei búlgaro ficou tão impressionado que o recebeu em uma audiência privada, sendo um ato inédito, visto que os visitantes apostólicos não gozavam de nenhum estatuto diplomático e as relações entre a minoria católica e a maioria ortodoxa eram muito tensas.
- Em julho de 1924, teve a coragem de visitar uma vila onde a discriminação anticatólica havia se tornado forte e violenta. Depois da sua visita e do seu sermão amigável revelador de boa vontade, conseguiu apaziguar os ânimos e conquistar simpatias daquela população majoritariamente ortodoxa.
- Em 1928, ele coordenou pessoalmente a distribuição de comida e outros produtos para as vítimas de um grande terramoto que devastou a região central da Bulgária. Ele até dormiu nas tendas de emergência, juntamente com os desalojados, para lhes dar algum conforto e esperança.

Angelo Roncalli tornou-se também amigo de vários judeus importantes e da rainha Joanna da Bulgária, mulher de Boris III e filha do rei Vítor Emanuel III da Itália. No dia 30 de novembro de 1934, Roncalli passou a ser arcebispo titular de Mesembria.

No dia 17 de novembro de 1934, tornou-se delegado apostólico na Turquia e Grécia; Em 1935, Roncalli foi nomeado administrador apostólico do vicariato apostólico de Istambul, constituído de uma comunidade estimada em 35 mil católicos de rito romano e oriental. Foi também nomeado delegado apostólico na Turquia e na Grécia, onde trabalhou intensamente a serviço dos católicos e estabeleceu um exemplar e respeitoso diálogo com os ortodoxos e muçulmanos. Apesar de não ter nenhum status diplomático, desenvolveu relações cordiais com vários funcionários públicos e diplomatas sediados na Turquia, nomeadamente o embaixador alemão Franz von Papen.

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), Roncalli, sediado na Turquia neutra, conseguiu salvar muitos judeus com a distribuição gratuita de permissões de trânsito, fornecidas pela delegação apostólica, e de certificados de imigração para a Palestina, arrançados por organizações judaicas. Ele teve pela primeira vez um vago conhecimento do sofrimento dos judeus em setembro de 1940, quando contatou e ajudou refugiados israelitas vindos da Polónia

com destino à Palestina, naquela altura um território sob mandato britânico. Desde então, fez inúmeras tentativas, algumas infrutíferas e outras bem sucedidas, para ajudar e salvar judeus de diversos países e regiões, tais como Hungria, Romênia, Eslováquia, Croácia, Grécia e Bulgária, onde intercedeu a favor desse povo junto do rei Bóris III da Bulgária. Além disso, continuou também a ajudar corajosamente os refugiados judeus que conseguiram chegar à Turquia a alcançarem a Palestina.

Muito mais do que notificar a dramática situação e transmitir pedidos ao Vaticano, uma das suas ações humanitárias mais importantes foi coordenar o envio, por meio de agentes judaicos da Palestina e dos correios e representantes diplomáticos da Santa Sé, de milhares de vistos turcos, certificados de imigração e certificados de Batismo temporários para vários clérigos e religiosos católicos residentes na Hungria, tais como as irmãs da Congregação de Nossa Senhora do Sião e o arcebispo Angelo Rotta, núncio apostólico em Budapeste. Em seguida, eles distribuíam esses documentos para os judeus húngaros, com o objetivo de lhes permitirem fugir para a Palestina por meio da Turquia ou simplesmente sobreviverem na Hungria, ocupada pelos alemães em 1944, visto que os nazistas geralmente não prendiam os judeus batizados ou protegidos pela Igreja Católica, por respeito pela neutralidade da Santa Sé.

A distribuição gratuita e massiva de certificados de Batismo, muitos deles falsos e independentemente se os seus beneficiários receberam ou não o sacramento, foi idealizada por Roncalli. Ele inspirou-se em alegados casos de algumas freiras da Congregação de Nossa Senhora do Sião que já distribuíam secretamente estes certificados aos judeus húngaros. Os clérigos húngaros também emitiram os seus próprios certificados de Batismo e Angelo Rotta, além de emitir mais de quinze mil permissões de trânsito e salvos-condutos, protegeu pessoalmente várias casas seguras em Budapeste que alojavam judeus.

Por causa desse enorme esforço conjugado, em fevereiro de 1945, quando Budapeste foi ocupada pelos soviéticos, aproximadamente de 100 mil judeus conseguiram sobreviver à ocupação alemã, ou seja, cerca de metade da população judia da Hungria. No final da guerra, estimou-se que se salvaram entre 24 mil a 80 mil judeus só com os certificados de Batismo.

Em 1944, o papa Pio XII nomeou-o núncio apostólico em Paris. Aproximando-se do fim da Segunda Guerra Mundial, Roncalli ajudou os prisioneiros de guerra, incluindo os alemães detidos na França, e contribuiu para normalizar a vida eclesial francesa. Em Paris, Roncalli tornou-se também o primeiro observador permanente da Santa Sé na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Por último, ele desempenhou ainda um importante papel de mediador entre as facções mais conservadoras e mais progressistas do clero francês. Por exemplo, ele teve que lidar com o movimento dos padres-operários depois da Segunda Guerra Mundial. O movimento, influenciado cada vez mais pelas ideias políticas de esquerda, acabou por ser suprimido na França pelo papa Pio XII em 1954.

No dia 12 de janeiro de 1953, Angelo Roncalli foi elevado a cardeal e, no dia 15 de janeiro de 1953, foi nomeado patriarca de Veneza. Em Veneza, ele continuou o seu trabalho ecumênico; convocou um sínodo diocesano; criou cerca de 30 paróquias; e privilegiou o contato com os padres e leigos católicos, realizando, por isso, várias visitas pastorais. A sua modéstia, simplicidade e jovialidade quebraram muitos protocolos e ele realizou muitas visitas e passeios informais pelas ruas de Veneza, tentando conversar com todos aqueles que ele encontrava. Ele usava frequentemente os transportes públicos, o que inclui as gôndolas, e estava muitas vezes presente nos principais eventos da cidade.

Em todos esses países, ele destacou-se pela sua enorme capacidade conciliadora, pela sua maneira simples e sincera de diálogo, pelo seu empenho ecumênico e pela sua bondade corajosa em salvar judeus durante a Segunda Guerra Mundial.

Em 9 de outubro de 1958, falecia o grande papa Pio XII, o Papa de Nossa Senhora, após quase 20 anos de pontificado. Durante seu papado, ocorreu a Segunda Guerra Mundial e o comunismo expandiu-se pela Europa, perseguindo cruelmente a Igreja e deixando um rastro imenso de sangue com o extermínio de tantas pessoas.

O mundo aguardava ansioso pelo novo pontífice após a morte do papa Pacelli. Para surpresa geral e decepção de muitos, o conclave, somente na 11ª votação, em 28 de outubro, elegeu papa Angelo Roncalli, cardeal de 77 anos de idade. Uma escolha que foi interpretada por muitos como sinal de transição no final do longo e difícil pontificado do papa Pio XII.

Três meses depois, no dia 25 de janeiro de 1959, na basílica de São Paulo fora dos Muros, surpreendeu todos anunciando a intenção de convocar “um concílio ecumênico para a Igreja universal”, que visava à renovação da Igreja e à formulação de uma nova forma de explicar pastoralmente a doutrina católica ao mundo moderno, manifestando também a vontade de proclamar um sínodo diocesano para Roma e de atualizar o *Codex iuris canonici* (Código de Direito Canônico). Foi uma decisão inesperada e clamorosa, que suscitou uma repercussão vastíssima na opinião pública e orientou de modo preeminente todo o seu pontificado.

João XXIII procurou promover a modernização da Igreja, determinando sua independência em relação aos poderes estabelecidos e divulgou a ideia segundo a qual a Igreja devia intervir construtivamente em assuntos políticos, econômicos e sobretudo sociais. Em seu curto pontificado de cinco anos escreveu oito encíclicas que foram instrumentos dessa modernização, dentre elas *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963), que tiveram imensa repercussão, dentro e fora da Igreja.

São João XXIII mostrou-se profundamente radicado na dimensão pastoral e episcopal do serviço papal. Nesse período, multiplicaram-se as visitas e os en-

contros com os fiéis de Roma. Além disso, consolidou-se a internacionalização do colégio cardinalício e valorizou-se cada vez mais o papel dos episcopados locais. Quando da publicação da sua última encíclica, as suas condições de saúde agravaram-se repentinamente por causa do aumento do tumor que lhe tinha sido diagnosticado no outono precedente. O papa João XXIII faleceu na noite de 3 de junho de 1963. No dia 18 de novembro de 1965, durante a última fase do concílio, o papa Montini anunciou o início da causa de beatificação.

São João XXIII, homem dotado de extraordinária humanidade, procurou deramar sobre todos, com sua vida, suas obras e seu supremo zelo pastoral, a abundância da caridade cristã e promover a união fraterna entre os povos, particularmente atento à eficácia da missão da Igreja de Cristo no mundo. Apesar de ter tido um pontificado curto, que durou menos de cinco anos, João XXIII foi considerado um dos mais populares papas, admirado pelos católicos e pelos não católicos. Ele faleceu depois de encerrar a primeira das três fases do Concílio Vaticano II. Foi sucedido pelo papa Paulo VI (1963-1978).

Foi beatificado em janeiro de 2000 pelo papa João Paulo II e, no dia 27 de abril de 2014, foi oficialmente canonizado, juntamente com a canonização de João Paulo II, pelo papa Francisco.

▲ São Paulo VI

Paulo VI, de nome, Giovanni Battista Enrico Antonio Maria Montini, nasceu a 26 de setembro de 1897 em Concesio (Bréscia), Itália, e foi ordenado sacerdote em 29 de maio de 1920. Desde 1924 colaborou com os sumos pontífices Pio XI e Pio XII e, ao mesmo tempo, exerceu o ministério sacerdotal junto aos jovens universitários. Nomeado substituto da Secretaria de Estado durante a Segunda Guerra Mundial, empenhou-se em dar exílio aos perseguidos judeus e aos refugiados. Sucessivamente, foi nomeado pró-Secretário de Estado para os Assuntos Gerais da Igreja, razão pela qual conheceu e encontrou muitos impulsionadores do movimento ecumênico.

Para alguns autores e estudiosos da Igreja, a nomeação de Montini para o cargo de arcebispo de Milão tinha intenção de afastá-lo do centro de decisões, em Roma. Porém, a tese que tem prevalecido é de que o papa Pio XII tinha intenção de dar a ele maior experiência pastoral, retirando dele, assim, o epíteto de homem de cúria. Apesar de ainda não ser cardeal, ele recebeu vários votos a favor no conclave de 1958, que acabou por eleger o papa João XXIII como sucessor de Pio XII.

Nomeado arcebispo de Milão, dedicou-se inteiramente ao cuidado da diocese. Em 1958, foi elevado à dignidade de cardeal da Santa Romana Igreja por São João XXIII e, depois da morte desse, foi eleito à Cátedra de Pedro em 21 de junho de 1963.

A morte de João XXIII, intensamente sentida por todos os que reclamavam pela aproximação das igrejas, foi logo compensada pela eleição do cardeal Montini.

Muito ligado ao espírito de *aggiornamento* de seu predecessor, Paulo VI aproximava-se também de Pio XII, se não por seu temperamento, pelo menos por sua longa carreira de secretário de Estado. Em seu discurso de coroação, afirmou o intento de prosseguir o diálogo com os cristãos não romanos, tendo em vista “recompor a unidade”, formulação original que foi logo observada. Com efeito, no plano conciliar e ecumênico, ele realizou com fervor as esperanças da maioria do episcopado católico e de seus companheiros de outras confissões cristãs.

A segunda sessão conciliar mostrou-se particularmente rica, tanto por sua contribuição ecumênica quanto pelas intervenções orientais. Em seu discurso inaugural, de alta inspiração teológica e espiritual, Paulo VI afirmou a sua intenção de engajar a Igreja no caminho do ecumenismo e de respeitar, ao mesmo tempo, o pluralismo das tradições históricas. Em seguida, deu o tom e o método desse engajamento por meio de uma confissão pública que deveria apagar todas as desconfianças:

“Se entre as causas das separações uma falta pode nos ser imputada, pedimos humildemente perdão a Deus e solicitamos também a indulgência dos irmãos que se sentem ofendidos por nós. E também estamos prontos, naquilo que diz respeito a nós, a perdoar as ofensas que a Igreja Católica foi objeto e a esquecer as dores que ela sofreu nas longas séries de dissensões e separações”.

O ponto culminante da última sessão, realizada entre 12 de setembro e 21 de novembro de 1965, foi o fato de não haver dúvidas quanto à retirada da excomunhão entre a Igreja Romana e o patriarcado de Constantinopla. Preparado cuidadosamente por uma comissão mista, esse ato solene e comovente foi realizado em 7 de dezembro, durante uma reunião plenária do concílio. O recíproco beijo de paz que se seguiu recolocou as duas igrejas, separadas há cerca de um milênio, no caminho da reunião. O Concílio Vaticano II caminhará lentamente a esse ponto culminante e se encerrava dentro do sentido que fora inicialmente desejado por João XXIII. As declarações de princípio subscritas então pelos dois pontífices testemunham o caminho espiritual e teológico percorrido na descoberta como Igrejas irmãs e na aceitação mútua da diversidade dos costumes na unidade da fé.

São Paulo VI perseverou incansavelmente na obra iniciada pelos seus predecessores, em particular, levando a cabo o Concílio Vaticano II. Levou a bom termo numerosas iniciativas como sinal da sua viva solicitude nos confrontos da Igreja com o mundo contemporâneo. Entre elas, recordam-se as suas viagens na qualidade de peregrino, realizadas como atividade apostólica e que serviam, por um lado, para preparar a unidade dos cristãos e, por outro, para reivindicar a importância dos direitos fundamentais dos homens.

Paulo VI exerceu ainda o seu magistério em favor da paz, promoveu o progresso dos povos e a inculturação da fé. Foi o primeiro Papa a viajar de avião; fez viagens pelos cinco continentes, entre outros locais, a Jerusalém, (o primeiro

depois de Pedro), Índia, ONU, Portugal (em 13 de maio de 1967, Santuário de Fátima), Turquia, Colômbia, Suíça, Uganda, Filipinas e Austrália.

Deu cumprimento à reforma litúrgica aprovando ritos e orações, seguindo, ao mesmo tempo, a tradição, adaptando-os aos novos tempos e promulgando com a sua autoridade o Rito Romano, o Calendário, o Missal, a Liturgia das Horas, o Pontifical e quase todos os rituais, a fim de favorecer a participação dos fiéis na liturgia. Do mesmo modo, empenhou-se em que as celebrações pontifícias fossem revestidas de uma forma mais simples.

São documentos pontifícios de sua autoria as encíclicas:

Ecclesiam Suam (6 de agosto de 1964);

Mense Maio (29 de abril de 1965);

Mysterium Fidei (3 de setembro de 1965);

Christi Matri Rosarii (15 de setembro de 1966);

Populorum Progressio (26 de março de 1967);

Sacerdotalis Caelibatus (24 de junho de 1967) e

Humanae Vitae (25 de julho de 1968)

Em 6 de agosto de 1978, em Castel Gandolfo, entregou a alma a Deus e, segundo as suas diretrizes, foi sepultado humildemente, do mesmo modo como tinha vivido. Deus, Pastor e guia de todos os fiéis, confia a sua Igreja, peregrina no tempo, àqueles que Ele mesmo constituiu vigários do seu Filho. Entre estes, resplandece são Paulo VI que uniu na sua pessoa a fé límpida de são Pedro e o zelo missionário de são Paulo.

A sua consciência de ser Pedro aparece clara se nos recordamos de que, em 10 de junho de 1969, na visita ao Conselho Mundial das Igrejas em Genebra, apresentou-se dizendo: “O meu nome é Pedro”; mas a missão pela qual se sentia eleito deriva também do nome escolhido. Como Paulo, consumiu a sua vida pelo Evangelho de Cristo, cruzando novas fronteiras e fazendo-se testemunha Dele no anúncio e no diálogo, profeta de uma Igreja extrovertida que olha para os distantes e cuida dos pobres.

A Igreja, de fato, foi sempre o seu amor constante, a sua solicitude primordial, o seu pensamento fixo, o primeiro e fundamental fio condutor do seu pontificado, porque queria que a Igreja tivesse melhor consciência de si mesma e pudesse levar cada vez mais longe o anúncio do Evangelho.

Mudando paradigmas

Regina da Luz
Vieira¹

Em Benevides, no Pará, a Escola Municipal Fiore – situada ao lado da Floresta Amazônica – surgiu para atender crianças em idade escolar na região. A fim de concretizar a proposta da encíclica *Laudato Si'*, do papa Francisco e do projeto Dare To Care (Ousar Cuidar, em tradução livre)², a professora de Educação Infantil, que reúne crianças entre 5 e 7 anos, Rosângela Costa Aragão, apresentou uma proposta de mudança na decoração do ambiente para acolher os novos e os antigos alunos no retorno às aulas presenciais. Assim, a primeira ideia foi utilizar material presente na natureza para construir móveis e outros enfeites espalhados nas áreas comuns e nos murais para uma recepção calorosa. A proposta inovadora reduziu o custo e, portanto, o consumo de materiais derivados do petróleo (EVC). Isso gerou um impacto positivo sobre todos os envolvidos.

De acordo com a professora, a mudança na decoração contribuiu para sensibilizar o olhar de crianças e adultos na percepção de que há outros meios de decorar o espaço comum da escola, implicando ainda a redução de custos, pois a natureza oferece uma diversificação de materiais que podem ser utilizados gratuitamente. A nova decoração impactou de maneira positiva alunos, professores e pais. Desse modo, foi possível trazer uma estética diferenciada para dentro da escola.

Sob inspiração da *Laudato Si'*, o protagonismo de uma professora da Educação Infantil desencadeou uma série de iniciativas educativas que estão fazendo a diferença no município de Benevides, já considerada a Cidade da Primeira Infância no Estado do Pará

¹ A autora é jornalista diplomada e secretária da Comissão Editorial de *Ekklesia Brasil*. É PhD em Comunicação e Semiótica, com pós-doutorado em Administração de Empresas – Gestão em Comunicação, bacharel em Teologia pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e escritora iniciante.

² O projeto Dare to Care é uma iniciativa dos setores juvenis do Movimento dos Focolares voltada ao cuidado com a vida no planeta e tem na Semana Mundo Unido, realizada anualmente nos primeiros dias do mês de maio, o momento estratégico de divulgação.

“A presença da natureza tem o objetivo de sensibilizar o olhar e despertar crianças e adultos para o respeito com a natureza, o meio ambiente”, afirma a docente. Essa experiência inovadora colaborou com a redução de recursos financeiros, contribuindo para a transformação em nível econômico e de mentalidade rumo à ecologia integral, conforme expressão do papa Francisco. “Foi um percurso que comecei com meus alunos da Educação Infantil, porém, está se espalhando; já atinge ambientes não só da Secretaria Municipal de Educação, mas também a Secretaria Municipal de Urbanismo”. Concretamente, Rosângela Aragão iniciou uma mudança de paradigma no mundo da Educação.

A prática desenvolvida com os pequenos da Escola Fiore transformou-se em um projeto apresentado no processo seletivo realizado na Secretaria Municipal de Educação dentro do concurso professor inspirador. A iniciativa foi vitoriosa e tornou-se um marco no município de Benevides, e a Fiore foi escolhida como escola piloto para implantação do projeto Tinis (Terra das Crianças), promovido pelo Instituto Alana de São Paulo, o qual implica a escuta atenta no que a criança traz de sua realidade para a escola, levando ao “desemparedamento” da Educação Escolar, isto é, para além da sala de aula, e gerando uma relação de afeto da criança com a terra, a natureza, o meio ambiente em geral.

Concretamente, a professora pôde observar a redução do lixo na área e no entorno da escola bem como a preocupação das crianças em não estragar ou correr ao redor do espaço onde foram plantadas diversas sementes e mudas de árvores como parte do Projeto Tinis, que na escola Fiore é intitulado: “Descobrir coisas incríveis, amar e cuidar”, envolvendo três dimensões: 1) plantar para si; 2) plantar para compartilhar ou plantar para a comunidade e 3) plantar para a natureza (confira outra matéria nesta mesma seção).

O projeto leva as crianças a terem um olhar atento e crítico sobre a própria realidade; assim, ao verem um papel jogado na rua imediatamente elas comentam ou ainda quando percebem a poluição dos rios. Desse modo, surgiu outra prática: “Contar histórias” cujas descobertas infantis integram a narração, construindo a atividade nascida da escuta das histórias trazidas pelos próprios estudantes. Essa atividade transformou-se em um novo projeto, já em andamento: “O Mundo Mágico dos Animais”

Dentro do Projeto “Descobrir Coisas incríveis para amar e cuidar”, a professora Rosângela criou o alfabeto amazônico com elementos presentes na natureza da região, oportunizando às crianças conviver e descobrir a cultura local, inclusive os objetos indígenas. Por exemplo: “A”, de açaí; “B”, de bacuri; “C” de cupuaçu; “M” de macaxeira. Esse alfabeto já começou a percorrer outras regiões dentro e fora do país.

O alfabeto foi apresentado em um congresso internacional de educação e, como consequência, a Escola Fiore foi convidada a integrar mais um projeto, ainda piloto, sob o título “Desemparedamento da Educação”, cujo objetivo é mostrar como as práticas educativas acontecem para além dos limites da escola. A proposta integra um projeto maior do município, o “Urban 95”, que tem como objetivo ver a cidade da perspectiva de 95 cm, altura do olhar da criança. Por isso, Benevides foi definida como a cidade da Primeira Infância no Estado do Pará.

Projeto Social Acolhida: escuta atenta

Regina da Luz
Vieira¹

O Projeto Social Acolhida atende 120 estudantes na faixa etária de 7 a 17 anos. No momento, desenvolve a proposta “Cuidar, a força capaz de transformar”, cujas molas propulsoras foram a encíclica *Laudato si’* e a Semana Mundo Unido 2019, iniciativa protagonizada pelos setores juvenis do Movimento dos Focolares no início de maio e que, naquele ano teve, como tema “Dare to Care” (Ousar Cuidar, em tradução livre). A coordenadora pedagógica Rosângela Costa Aragão explicou que, para uma ação mais efetiva, o tema se desenvolve em etapas.

Cuidar de si é a primeira etapa; visa recuperar a autoestima das crianças e fazê-las descobrirem-se com potenciais e sonhos a serem desenvolvidos. Em geral, os estudantes desse projeto social são crianças e adolescentes em estado de vulnerabilidade. Essa etapa tem trazido à tona questões dolorosas, “as quais implicam ações concretas de nossa parte e, que esbarram em determinados limites”, afirma a coordenadora.

A segunda parte, *Cuidar do outro*, começou ainda em 2022 e inclui a relação com as pessoas, com a sociedade e o impacto que o programa em andamento pode causar no seu entorno. Já a terceira etapa é “o” *Cuidar da natureza*. Ainda que não sejam estanques e se relacionem entre si, essas três etapas, na prática, não ocorrem simultaneamente. Isso porque seu andamento depende das demandas trazidas pelo seus protagonistas e envolve o calendário escolar e social. Assim, existem momentos nos quais há mais ênfase em uma ou em outra.

Iniciativa que se volta ao cuidado com a pessoa, o semelhante e a natureza, se inspira em projeto criado pelos setores juvenis do Movimento dos Focolares

¹ A autora é jornalista diplomada e secretária da Comissão Editorial de *Ekklesia Brasil*. É PhD em Comunicação e Semiótica, com pós-doutorado em Administração de Empresas – Gestão em Comunicação, bacharel em Teologia pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e escritora iniciante.

Os jogos indígenas, realizados como parte das atividades, contaram com a construção de instrumentos nativos, confeccionados manualmente pelos estudantes, tendo como material aquilo que está presente na natureza, como troncos de árvores, folhas, flores, areia, pedras, cipós. Eles também fizeram placas de boas-vindas com bolachas de madeira que são comuns na região e têm durabilidade prolongada.

Assim, substituíram o uso de materiais poluentes como os EVA (Etileno Acetato de Vinila). Este polímero emborrachado, flexível, com propriedades adesivas e componentes à prova d'água é muito utilizado nas escolas em geral para decorar os ambientes. Também foram retirados os balões e os TNTs, ou seja, produtos poluentes também em termos visuais.

A coordenadora Rosângela trabalha diretamente com os educadores e não com as crianças e jovens. “Busco ouvir as demandas destes educadores e, com base nos assuntos apresentados, encontrar soluções conjuntas para a ação”. Segundo ela, a Espiritualidade do Movimento dos Focolares ajuda muito a escutar de modo atento às demandas apresentadas nas reuniões semanais a fim de perceber as reais necessidades ali trazidas. É com base nessa escuta dos protagonistas em seus diversos ângulos que se organiza e se desenvolve todo o trabalho. Em razão dessa dinâmica, o programa já sofreu mudanças, algumas na sua execução e no seu calendário, inclusive para este ano de 2023.

Testemunhos de luz¹

Miriam Pina²

Resenha de: PELLEGRINI, Sergio; SALERNO, Gianni; CORPORALE, Maria. (org.). *Famílias em ação, um mosaico de vida: testemunhos de famílias de vários países sobre a Amoris laetitia*. Tradução: Miriam Pina. Cidade Nova: Vargem Grande Paulista, 2023.

O livro *Famílias em ação, um mosaico de vida* traz testemunhos do mundo inteiro sobre os diversos pontos da exortação apostólica *Amoris laetitia*, do papa Francisco, e foi atualizado com vários testemunhos da Pastoral Familiar e do Movimento Famílias Novas do Brasil, setor do Movimento dos Focolares.

Essa obra chega até nós com um timbre especial: o mosaico é uma imagem que se fez presente desde a concepção do livro. Ele é o resultado de uma experiência coletiva. A ideia veio à tona em novembro de 2021, por ocasião de um encontro internacional de representantes do Movimento Famílias Novas.

A motivação era realizar algo que pudesse marcar, em nossa história, o quinto aniversário da publicação da *Amoris laetitia*. Essa iniciativa deveria ser uma expressão de reconhecimento, não somente de um país ou de um povo, mas ser um testemunho vivo de que a *Amoris laetitia* tem o dom de penetrar realmente em toda a realidade da família, seja qual for sua origem.

A composição do livro constou basicamente de um trabalho de selecionar e organizar as vozes de um coral composto de testemunhos que foram chegando de várias partes do mundo inclusive do Brasil. O trabalho inicial foi realizado no Centro Internacional do Movimento Famílias Novas, na Itália. A primeira versão foi publicada em italiano e em espanhol e foi lançada no décimo Encontro Mundial das Famílias com o Papa.

¹ Esta resenha está embasada no depoimento dado ao podcast *Em diálogo*, da Editora Cidade Nova.

² A autora é articulista colaboradora da revista *Cidade Nova* e membro do Movimento dos Focolares.

A ideia do livro foi levada ao Dicastério para os Leigos, a Família e a Vida, e todos ficaram muito felizes porque essa era uma forma de dar ao papa Francisco um *feedback* sobre os efeitos positivos que a *Amoris laetitia* causou em todo o mundo: uma forma objetiva de mostrar ao Papa que é possível realizar a proposta dessa exortação apostólica e que já há famílias de todas as latitudes que transformam em vida o pensamento de Francisco.

Foi a partir daí que se começou a pensar que o livro poderia ser um presente também para o povo brasileiro. Começamos, então, o percurso no sentido de entender como produzir a versão brasileira dessa obra. Tivemos a ideia de trabalhar em parceria com a Pastoral Familiar, de modo que o livro pudesse ultrapassar o âmbito do Movimento Famílias Novas e servir ao maior número possível de famílias em todo o Brasil.

Depois de todo um trabalho de tradução e de reformatação para incluir os testemunhos locais, chegamos finalmente ao momento do lançamento que aconteceu justamente na semana em que festejamos o décimo ano do pontificado do papa Francisco, como forma de gratidão pelo carinho e pela atenção especial que ele dedica às famílias.

Famílias em ação, um mosaico de vida é um livro muito enriquecedor, pois ilumina a trajetória que todos nós, pessoas envolvidas em relações de todos os tipos, vivemos em nosso dia a dia. Ele apresenta, de maneira bem concreta, as transformações que o amor pode realizar na vida das famílias.

O livro está organizado da seguinte maneira: cada capítulo inicia com uma introdução ao capítulo correspondente da *Amoris laetitia*, seguido de uma série de testemunhos que são apresentados em uma linguagem aberta e acessível a todos. Esse livro pode ser oferecido em qualquer lugar do país, pois contempla as diversas situações que vivemos em nossas famílias nas paróquias, em nossos ambientes de trabalho. É realmente um tesouro que merece ser compartilhado.

Eu tive o privilégio de participar da equipe de organização, tanto na parte de tradução quanto na seleção dos testemunhos que deveriam compor a edição brasileira da obra. Posso dizer que, durante a realização desse trabalho, tive a impressão de estar pisando em solo sagrado. Foi uma oportunidade extraordinária de rever conceitos e preconceitos, de alargar o coração e ampliar horizontes. Eu me senti interpelada, a cada página, a renovar o meu compromisso pessoal de contribuir no que for possível para que cada família possa descobrir e viver a alegria do amor.

CAMINHOS
DE COMUNHÃO
E DIÁLOGO

ekklesia

BRASIL

n. 8 (maio de 2023)

Editorial

- 1** Desafios da Igreja hoje devem ser revisitados à luz do Vaticano II

Luís Henrique Marques

Pensamento da Igreja

- 3** O Concílio nos ensina a estar no mundo como servidores do Reino de Deus

Papa Francisco (Vatican News)

Pensamento de Chiara

- 7** A Igreja-comunhão

Chiara Lubich

Entrevista

- 9** Vaticano II: uma “bússola” a orientar a Igreja diante dos desafios do Terceiro Milênio

Luís Henrique Marques entrevista

Agenor Brighenti

Reflexão teológica

- 17** O Vaticano II e a Palavra de Deus

Celito Moro

Reflexão teológica

- 22** O Vaticano II e o fundamentalismo

João Décio Passos

Reflexão teológica

- 29** O Vaticano II e o lugar dos leigos na Igreja

Luís Henrique Marques

Reflexão teológica

- 33** A participação como fundamento do político: análise com base na *Gaudium et Spes*

Emilce Coda

Reflexão pastoral

- 41 Violência: diálogo com o Vaticano II e os 60 anos da *Pacem in Terris***
Lafayette Pozzoli

Diálogos

- 46 Todos têm um dom para o discernimento**
Callan Slipper

48 Notas

A Redação

Testemunho

- 50 Protagonistas centrais do Vaticano II**
Raul Ribas

Boas práticas

- 57 Mudando paradigmas**
Regina da Luz Vieira

Boas práticas

- 59 Projeto Social Acolhida: escuta atenta**
Regina da Luz Vieira

Resenha

- 61 Testemunhos de luz**
Miriam Pina

Ekklesia Brasil: a Igreja sob o olhar do Carisma da Unidade

Proporcionar uma reflexão crítica sobre temas fundamentais a respeito da vida da Igreja no Brasil, na América Latina e no mundo, segundo a perspectiva do Carisma da Unidade, é o objetivo central da revista *Ekklesia Brasil*, o mais novo projeto editorial de *Cidade Nova*, destinada a agentes de pastoral, animadores da vida eclesial, membros de movimentos e comunidades eclesiais, bem como fiéis em geral, especialmente interessados nessa temática.

O título da nova publicação vem do grego e corresponde à expressão Igreja, a comunidade que se reúne para celebrar e partilhar sua vida de fé em Cristo. A iniciativa corresponde, na realidade, a um projeto de âmbito internacional, que já conta com edições em outras línguas. Sob a coordenação da Editora *Cidade Nova*, *Ekklesia Brasil* reúne um corpo editorial formado por membros do clero, da vida religiosa e consagrada, leigos e leigas com formação em teologia e áreas afins, além de significativa experiência eclesial.

A proposta da revista – que conta com três números ao ano – é ser um subsídio de formação para a vida das comunidades da Igreja no Brasil. Por isso, o projeto assumiu como lema “caminhos de comunhão e diálogo”, abordagem que vai especialmente ao encontro das demandas deste momento histórico, marcado pela crise social, humanitária e sanitária, com grandes desafios para a Igreja.

A Redação

Este número foi impresso em 31/05/2023

Valor do exemplar avulso: R\$ 32,00

Revista quadrimestral – Ano III

Assistente de assinaturas

Daniela Euzebio

Assinaturas

contatoekklesia@cidadenova.org.br

☎ 0800.724.2252 | (11) 4158-8896 📞 (11) 99657-6563

✉ assinaturas@cidadenova.org.br

**Valor da assinatura anual em 2023: R\$ 84,00 (à vista)
e R\$ 89,00 (parcelado no cartão).**

Licenciamento de conteúdo

Os artigos desta revista podem ser reproduzidos parcial ou totalmente desde que sejam citados a fonte e autor.

O que você achou deste número?

Escreva para a nossa redação: **ekklesia@cidadenova.org.br**

☎ (11) 97106.4753



Nº 8 maio de 2023